

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	15
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	17
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	18
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	19
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	21
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	22
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	23
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	24
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	82
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	84
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	85
--	----

Motivos de Reapresentação	86
---------------------------	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2019</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	9.516.732
Preferenciais	164.014
<b>Total</b>	<b>9.680.746</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1	Ativo Total	5.023.967	5.002.621
1.01	Ativo Circulante	1.454.622	1.403.624
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.406	1.160
1.01.02	Aplicações Financeiras	318.453	283.769
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	318.453	283.769
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	103.247	102.734
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	215.206	181.035
1.01.03	Contas a Receber	500.143	500.993
1.01.03.01	Clientes	100.483	101.333
1.01.03.01.01	Concessionários e Permissionários	100.483	101.333
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	399.660	399.660
1.01.03.02.01	Ativo da Concessão - Contratual	116.890	116.890
1.01.03.02.02	Ativo da Concessão - Financeiro	282.770	282.770
1.01.04	Estoques	25.041	27.509
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.661	22.117
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.661	22.117
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.449	1.075
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	604.469	567.001
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	475.294	445.567
1.01.08.03	Outros	129.175	121.434
1.02	Ativo Não Circulante	3.569.345	3.598.997
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.675.244	2.688.319
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	9	9
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	9	9
1.02.01.04	Contas a Receber	3.866	4.011
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	3.866	4.011
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	457.862	451.308
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	12.500	12.500
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	72.213	65.568
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	373.149	373.240
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.213.507	2.232.991
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	6	6
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	48.922	45.722
1.02.01.10.05	Ativo da Concessão - Contratual	793.204	772.424
1.02.01.10.06	Ativo da Concessão - Financeiro	1.369.272	1.412.735
1.02.01.10.07	Bens e Direitos Destinados a Alienação e Renda	2.103	2.104
1.02.02	Investimentos	311.523	325.065
1.02.02.01	Participações Societárias	311.523	325.065
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	85.582	84.709
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	223.462	237.687
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	2.479	2.669
1.02.03	Imobilizado	541.544	542.917
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	497.396	502.871
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	44.148	40.046

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1.02.04	Intangível	41.034	42.696
1.02.04.01	Intangíveis	41.034	42.696
1.02.04.01.02	Software	41.034	42.696

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2	Passivo Total	5.023.967	5.002.621
2.01	Passivo Circulante	590.530	658.344
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	29.321	35.761
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	29.321	35.761
2.01.02	Fornecedores	70.763	137.197
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	70.763	137.197
2.01.03	Obrigações Fiscais	29.357	27.439
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	29.198	27.370
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	9.401	11.459
2.01.03.01.02	Contribuição ao Instituto de Seguridade Social - INSS	4.046	4.517
2.01.03.01.03	Contribuição para Financiamento de Seguridade Social - COFINS	6.532	5.511
2.01.03.01.04	Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.024	1.633
2.01.03.01.05	Outros	8.195	4.250
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	159	69
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	159	69
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	40.665	38.984
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	40.665	38.984
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.723	6.720
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	33.942	32.264
2.01.05	Outras Obrigações	247.896	244.460
2.01.05.02	Outros	247.896	244.460
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	732	806
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	140.000	140.000
2.01.05.02.04	Obrigações da Concessão	54.811	59.762
2.01.05.02.05	Outros Passivos	52.353	43.892
2.01.06	Provisões	172.528	174.503
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	172.528	174.503
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	35.252	36.708
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	136.925	137.355
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	351	440
2.02	Passivo Não Circulante	1.959.568	1.971.697
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	543.734	548.359
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	543.734	548.359
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	42.113	43.687
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	501.621	504.672
2.02.02	Outras Obrigações	75.366	72.812
2.02.02.02	Outros	75.366	72.812
2.02.02.02.03	Obrigações da Concessão	15.795	14.371
2.02.02.02.04	Outros Passivos	59.571	58.441
2.02.03	Tributos Diferidos	245.704	257.595
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	245.704	257.595
2.02.04	Provisões	1.094.764	1.092.931
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.094.764	1.092.931
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	5.082	5.053

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	78.340	68.141
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	934.950	943.113
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	76.392	76.624
2.03	Patrimônio Líquido	2.473.869	2.372.580
2.03.01	Capital Social Realizado	915.633	915.633
2.03.04	Reservas de Lucros	1.944.410	1.944.410
2.03.04.01	Reserva Legal	31.176	31.176
2.03.04.02	Reserva Estatutária	62.354	62.354
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.009.304	1.009.304
2.03.04.10	Dividendos Remanescentes	841.576	841.576
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	105.232	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-491.406	-487.463

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	278.183	232.373
3.01.01	Suprimento de Energia Elétrica	84.361	72.610
3.01.02	Disponibilização do Sistema de Transmissão	116.411	136.536
3.01.03	Remuneração do Ativo Financeiro	52.714	30.228
3.01.04	Energia Elétrica de Curto Prazo	49.986	19.296
3.01.05	Receita de Construção	23.998	24.863
3.01.06	PIS e COFINS	-30.356	-26.678
3.01.07	Quota RGR	-837	-772
3.01.08	Outros Encargos	-1.802	-3.597
3.01.09	Encargos do Consumidor - P&D/MME/FNDCT	-3.005	-2.544
3.01.10	Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-5.266	-10.922
3.01.11	Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	-711	-800
3.01.12	Compensação Financeira Pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-7.310	-5.847
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-129.962	-164.351
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-22.219	-72.971
3.02.02	Custo de Operação	-107.743	-91.380
3.03	Resultado Bruto	148.221	68.022
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-25.269	43
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.762	2.263
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-24.190	-14.744
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.608	2.845
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-20.301	-14.238
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-19.023	-13.151
3.04.05.02	Outras Despesas	-1.278	-1.087
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	16.376	23.917
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	122.952	68.065
3.06	Resultado Financeiro	-2.596	-6.512
3.06.01	Receitas Financeiras	46.089	19.748
3.06.02	Despesas Financeiras	-48.685	-26.260
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	120.356	61.553
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-25.602	-7.360
3.08.01	Corrente	-35.944	-16.290
3.08.02	Diferido	10.342	8.930
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	94.754	54.193
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	94.754	54.193
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	10,00000	6,00000
3.99.01.02	PN	10,00000	6,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	10,00000	6,00000
3.99.02.02	PN	10,00000	6,00000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	94.753	54.193
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.800	3.828
4.02.01	Variação no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.660	5.024
4.02.02	Venda de Títulos do Governo	-673	0
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Outros Resultados Abrangentes	-1.187	-1.196
4.03	Resultado Abrangente do Período	98.553	58.021

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	55.155	76.452
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	187.631	44.583
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	94.753	54.193
6.01.01.02	Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos de Longo Prazo	2.823	1.373
6.01.01.03	Encargo de Dívidas Provisionados	6.594	0
6.01.01.04	Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	7.765	6.112
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-16.376	-23.917
6.01.01.06	Constituição de Provisão para Passivos e Outras	76.391	30.193
6.01.01.07	Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.762	-2.263
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-11.891	-9.658
6.01.01.09	Baixas do Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	207	2.937
6.01.01.10	Variação dos Investimentos em Títulos do Governo	-1.510	-3.063
6.01.01.11	Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	27.113	-11.324
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-142.064	27.744
6.01.02.01	Concessionárias e Permissionárias	-912	61.502
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	20.456	-7.488
6.01.02.03	Estoques	2.468	-3.817
6.01.02.04	Dividendos Recebidos	184	0
6.01.02.05	Investimentos em Títulos do Governo	7.358	0
6.01.02.06	Pagamentos Antecipados	-374	0
6.01.02.07	Contas a Receber	0	46.038
6.01.02.08	Depósitos Judiciais	-3.200	0
6.01.02.09	Ativos da Concessão - Financeiro	16.350	0
6.01.02.10	Ativos da Concessão - Contratual	-20.780	-19.160
6.01.02.11	Outros Créditos a Receber	-7.505	-3.747
6.01.02.12	Fornecedores	-66.434	-8.011
6.01.02.13	Obrigações Trabalhistas	-6.440	-4.676
6.01.02.14	Obrigações Fiscais	1.918	10.518
6.01.02.15	Provisão para Benefícios a Empregados	-76.533	-22.020
6.01.02.16	Obrigações da Concessão	-3.527	1.728
6.01.02.17	Provisão para Passivos Trabalhistas e Cíveis	0	-20.059
6.01.02.18	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	1.070
6.01.02.19	Pagamentos de Encargos de Dívidas	-5.019	-4.134
6.01.02.20	Dividendos Obrigatórios	-74	0
6.01.03	Outros	9.588	4.125
6.01.03.02	Outros Passivos	9.588	4.125
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-11.398	-36.081
6.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-6.645	-34.450
6.02.03	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-4.176	0
6.02.04	Aquisição de Ativo Intangível	-577	-1.631
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.341	-65
6.03.01	Incremento de Empréstimos e Financiamentos	0	5.521
6.03.02	Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	-7.341	-5.586

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	36.416	40.306
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	182.196	281.576
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	218.612	321.882

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	915.633	0	1.944.410	0	-487.463	2.372.580
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	915.633	0	1.944.410	0	-487.463	2.372.580
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	105.232	-3.943	101.289
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	94.753	0	94.753
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	10.479	-3.943	6.536
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	2.374	-2.374	0
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	0	807	807
5.05.02.08	Variação Líquida de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	4.987	4.987
5.05.02.09	IR e CS sobre a Variação Líquida no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-1.187	-1.187
5.05.02.10	Efeito CPC 47	0	0	0	8.105	-8.105	0
5.05.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre RBSE (CPC 47)	0	0	0	0	1.929	1.929
5.07	Saldos Finais	915.633	0	1.944.410	105.232	-491.406	2.473.869

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	588.447	327.186	1.869.192	0	-460.526	2.324.299
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	588.447	327.186	1.869.192	0	-460.526	2.324.299
5.04	Transações de Capital com os Sócios	327.186	-327.186	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	327.186	-327.186	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	56.706	2.170	58.876
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	54.193	0	54.193
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.513	2.170	4.683
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	2.513	-2.513	0
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	0	854	854
5.05.02.08	Varição Líquida de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	5.024	5.024
5.05.02.09	IR e CS sobre a Varição Líquida no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-1.195	-1.195
5.07	Saldos Finais	915.633	0	1.869.192	56.706	-458.356	2.383.175

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
7.01	Receitas	329.039	287.554
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	327.471	283.533
7.01.02	Outras Receitas	3.330	1.758
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.762	2.263
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-59.786	-106.149
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-22.219	-72.971
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.165	-6.137
7.02.04	Outros	-27.402	-27.041
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-613	-1.115
7.02.04.02	Custo de Construção	-23.998	-24.863
7.02.04.03	Outras Despesas Operacionais	-2.791	-1.063
7.03	Valor Adicionado Bruto	269.253	181.405
7.04	Retenções	-26.178	-18.504
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.551	-5.705
7.04.02	Outras	-18.627	-12.799
7.04.02.01	Provisões	-18.627	-12.799
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	243.075	162.901
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	62.465	43.665
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	16.376	23.917
7.06.02	Receitas Financeiras	46.089	19.748
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	305.540	206.566
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	305.540	206.566
7.08.01	Pessoal	74.226	57.171
7.08.01.01	Remuneração Direta	35.263	33.957
7.08.01.02	Benefícios	6.890	7.869
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.226	3.048
7.08.01.04	Outros	28.847	12.297
7.08.01.04.01	Plano de Benefícios Previdenciais	26.118	9.847
7.08.01.04.02	Compromissos Previdenciais	2.729	2.450
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	86.266	67.545
7.08.02.01	Federais	83.653	66.689
7.08.02.02	Estaduais	320	745
7.08.02.03	Municipais	2.293	111
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	50.295	27.657
7.08.03.02	Aluguéis	1.611	1.397
7.08.03.03	Outras	48.684	26.260
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	48.684	26.260
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	94.753	54.193
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	94.753	54.193

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1	Ativo Total	5.114.379	5.098.548
1.01	Ativo Circulante	1.447.712	1.397.309
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.729	1.631
1.01.02	Aplicações Financeiras	320.613	287.703
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	320.613	287.703
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	103.247	102.734
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	217.366	184.969
1.01.03	Contas a Receber	503.001	501.810
1.01.03.01	Clientes	101.244	101.551
1.01.03.01.01	Concessionários e Permissionários	101.244	101.551
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	401.757	400.259
1.01.03.02.01	Ativo da Concessão - Contratual	118.987	117.489
1.01.03.02.02	Ativo da Concessão - Financeiro	282.770	282.770
1.01.04	Estoques	25.041	27.509
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.877	22.279
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.877	22.279
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.593	1.107
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	591.858	555.270
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	475.294	445.567
1.01.08.03	Outros	116.564	109.703
1.02	Ativo Não Circulante	3.666.667	3.701.239
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.985.080	3.017.945
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	9	9
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	9	9
1.02.01.04	Contas a Receber	93.498	105.676
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	93.498	105.676
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	390.059	385.740
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	16.910	12.500
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	373.149	373.240
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.501.514	2.526.520
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	6	6
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	73.882	70.682
1.02.01.10.05	Ativo da Concessão - Contratual	1.056.251	1.040.993
1.02.01.10.06	Ativo da Concessão - Financeiro	1.369.272	1.412.735
1.02.01.10.07	bens e Direitos destinados a Alienação e Renda	2.103	2.104
1.02.02	Investimentos	-36.083	-37.260
1.02.02.01	Participações Societárias	-36.083	-37.260
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	88.417	87.240
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	-124.500	-124.500
1.02.03	Imobilizado	676.258	677.480
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	480.843	486.318
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	195.415	191.162
1.02.04	Intangível	41.412	43.074
1.02.04.01	Intangíveis	41.412	43.074

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1.02.04.01.02	Software	41.412	43.074

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2	Passivo Total	5.114.379	5.098.548
2.01	Passivo Circulante	600.582	671.884
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	29.327	35.773
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	29.327	35.773
2.01.02	Fornecedores	76.661	142.923
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	76.661	142.923
2.01.03	Obrigações Fiscais	32.019	29.979
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	31.860	29.910
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	9.419	11.477
2.01.03.01.02	Contribuição ao Instituto de Seguridade Social - INSS	5.866	6.337
2.01.03.01.03	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	6.532	5.511
2.01.03.01.04	Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.024	1.633
2.01.03.01.05	Outros	9.019	4.952
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	159	69
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	159	69
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	40.665	38.984
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	40.665	38.984
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.723	6.720
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	33.942	32.264
2.01.05	Outras Obrigações	249.382	249.722
2.01.05.02	Outros	249.382	249.722
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	732	806
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	140.000	140.000
2.01.05.02.04	Obrigações da Concessão	54.811	59.762
2.01.05.02.05	Outros Passivos	53.839	49.154
2.01.06	Provisões	172.528	174.503
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	172.528	174.503
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	35.252	36.708
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	136.925	137.355
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	351	440
2.02	Passivo Não Circulante	2.024.674	2.037.846
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	543.734	548.359
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	543.734	548.359
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	42.113	43.687
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	501.621	504.672
2.02.02	Outras Obrigações	137.751	136.240
2.02.02.02	Outros	137.751	136.240
2.02.02.02.03	Obrigações da Concessão	15.795	14.371
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais	6.366	6.528
2.02.02.02.05	Outros Passivos	115.590	115.341
2.02.03	Tributos Diferidos	245.704	257.595
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	245.704	257.595
2.02.04	Provisões	1.097.485	1.095.652
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.097.485	1.095.652

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	5.082	5.053
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	81.061	70.862
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	934.950	943.113
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	76.392	76.624
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.489.123	2.388.818
2.03.01	Capital Social Realizado	915.633	915.633
2.03.04	Reservas de Lucros	1.944.410	1.944.410
2.03.04.01	Reserva Legal	31.176	31.176
2.03.04.02	Reserva Estatutária	62.354	62.354
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.009.304	1.009.304
2.03.04.10	Dividendos Remanescentes	841.576	841.576
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	105.232	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-491.406	-487.463
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	15.254	16.238

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2019 à 31/03/2019	Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	286.388	237.718
3.01.01	Suprimento de Energia Elétrica	84.428	72.768
3.01.02	Disponibilização do Sistema de Transmissão	116.411	136.689
3.01.03	Remuneração do Ativo Financeiro	57.030	32.871
3.01.04	Energia Elétrica de Curto Prazo	49.986	19.296
3.01.05	Receita de Construção	27.921	27.298
3.01.06	PIS e COFINS	-30.457	-26.722
3.01.07	Quota RGR	-837	-772
3.01.08	Outros Encargos	-1.802	-3.597
3.01.09	Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-5.266	-10.922
3.01.10	Encargos do Consumidor - P&D/MME/FNDCT	-3.005	-2.544
3.01.11	Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	-711	-800
3.01.12	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-7.310	-5.847
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-153.212	-166.789
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-22.219	-72.971
3.02.02	Custo de Operação	-130.993	-93.818
3.03	Resultado Bruto	133.176	70.929
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.304	-2.574
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.762	2.263
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-24.686	-15.054
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.608	2.845
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-20.409	-14.331
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-19.131	-13.244
3.04.05.02	Outras Despesas	-1.278	-1.087
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	30.945	21.703
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	121.872	68.355
3.06	Resultado Financeiro	-2.587	-6.531
3.06.01	Receitas Financeiras	46.121	19.782
3.06.02	Despesas Financeiras	-48.708	-26.313
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	119.285	61.824
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-25.666	-7.387
3.08.01	Corrente	-36.008	-16.317
3.08.02	Diferido	10.342	8.930
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	93.619	54.437
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	93.619	54.437
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	94.753	54.193
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-1.134	244
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	10,00000	6,00000
3.99.01.02	PN	10,00000	6,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	10,00000	6,00000
3.99.02.02	PN	10,00000	6,00000

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	93.619	54.437
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.800	3.828
4.02.01	Varição Líquida no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.660	5.024
4.02.02	Venda de Títulos do Governo	-673	0
4.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Outros Resultados Abrangentes	-1.187	-1.196
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	97.419	58.265
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	98.553	58.021
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-1.134	244

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	46.602	50.451
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	179.875	45.202
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	93.618	54.437
6.01.01.02	Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos de Longo Prazo	2.823	1.373
6.01.01.03	Encargo de Dívidas Provisionados	6.594	0
6.01.01.04	Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	7.765	6.112
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-30.944	-21.703
6.01.01.06	Constituição de Provisão para Passivos e Outras	76.391	30.193
6.01.01.07	Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.762	-2.263
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-11.891	-9.658
6.01.01.09	Baixas do Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	207	2.937
6.01.01.10	Varição dos Investimentos em Títulos do Governo	-1.510	-3.063
6.01.01.11	Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	27.113	-11.324
6.01.01.12	Outros	7.947	-1.839
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-143.103	775
6.01.02.01	Concessionárias e Permissionárias	-1.455	61.504
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	20.396	-7.503
6.01.02.03	Estoques	2.468	-3.817
6.01.02.04	Dividendos Recebidos	184	0
6.01.02.05	Investimentos em Títulos do Governo	7.358	0
6.01.02.06	Pagamentos Antecipados	-492	0
6.01.02.07	Contas a Receber	0	46.038
6.01.02.08	Depósitos Judiciais	-3.200	0
6.01.02.09	Ativos da Concessão - Financeiro	16.350	0
6.01.02.10	Ativos da Concessão - Contratual	-20.780	-19.160
6.01.02.11	Outros Créditos a Receber	-7.505	-28.680
6.01.02.12	Fornecedores	-66.328	-7.860
6.01.02.13	Obrigações Trabalhistas	-6.440	-4.684
6.01.02.14	Obrigações Fiscais	1.494	8.352
6.01.02.15	Provisão para Benefícios a Empregados	-76.533	-22.020
6.01.02.16	Obrigações da Concessão	-3.527	1.728
6.01.02.17	Provisão para Passivos Trabalhistas e Cíveis	0	-20.059
6.01.02.18	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	1.070
6.01.02.19	Pagamentos de Encargos de Dívidas	-5.019	-4.134
6.01.02.20	Dividendos Obrigatórios	-74	0
6.01.03	Outros	9.830	4.474
6.01.03.02	Outros Passivos	9.830	4.474
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-15.942	-39.449
6.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-7.115	-34.795
6.02.03	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-8.250	-3.023
6.02.04	Aquisição de Ativo Intangível	-577	-1.631
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.138	28.336
6.03.01	Incremento de Empréstimos e Financiamentos	0	5.521

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
6.03.02	Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	-7.341	-5.586
6.03.03	Partes Relacionadas	10.479	28.401
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	33.798	39.338
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	187.297	285.333
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	221.095	324.671

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	915.633	0	1.944.410	0	-487.463	2.372.580	16.238	2.388.818
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	915.633	0	1.944.410	0	-487.463	2.372.580	16.238	2.388.818
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	105.232	-3.943	101.289	-984	100.305
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	94.753	0	94.753	-1.135	93.618
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	10.479	-3.943	6.536	151	6.687
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	2.374	-2.374	0	0	0
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	0	807	807	0	807
5.05.02.08	Variação Líquida de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	4.987	4.987	0	4.987
5.05.02.09	IR e CS sobre a Variação Líquida no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-1.187	-1.187	0	-1.187
5.05.02.10	Efeito CPC 47	0	0	0	8.105	-8.105	0	151	151
5.05.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre RBSE (CPC 47)	0	0	0	0	1.929	1.929	0	1.929
5.07	Saldos Finais	915.633	0	1.944.410	105.232	-491.406	2.473.869	15.254	2.489.123

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	588.447	327.186	1.869.192	0	-460.526	2.324.299	14.315	2.338.614
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	588.447	327.186	1.869.192	0	-460.526	2.324.299	14.315	2.338.614
5.04	Transações de Capital com os Sócios	327.186	-327.186	0	0	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	327.186	-327.186	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	56.706	2.170	58.876	244	59.120
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	54.193	0	54.193	244	54.437
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.513	2.170	4.683	0	4.683
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	2.513	-2.513	0	0	0
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	0	854	854	0	854
5.05.02.08	Varição Líquida de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	5.024	5.024	0	5.024
5.05.02.09	IR e CS sobre a Varição Líquida no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-1.195	-1.195	0	-1.195
5.07	Saldos Finais	915.633	0	1.869.192	56.706	-458.356	2.383.175	14.559	2.397.734

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
7.01	Receitas	337.345	292.943
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	335.777	288.922
7.01.02	Outras Receitas	3.330	1.758
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.762	2.263
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-83.218	-108.723
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-22.219	-72.971
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.910	-6.243
7.02.04	Outros	-50.089	-29.509
7.03	Valor Adicionado Bruto	254.127	184.220
7.04	Retenções	-26.179	-18.503
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.551	-5.704
7.04.02	Outras	-18.628	-12.799
7.04.02.01	Provisões	-18.628	-12.799
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	227.948	165.717
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	77.066	41.485
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	30.945	21.703
7.06.02	Receitas Financeiras	46.121	19.782
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	305.014	207.202
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	305.014	207.202
7.08.01	Pessoal	74.642	57.391
7.08.01.01	Remuneração Direta	35.679	34.174
7.08.01.02	Benefícios	6.890	7.872
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.226	3.048
7.08.01.04	Outros	28.847	12.297
7.08.01.04.01	Plano de Benefícios Previdenciais	26.118	9.847
7.08.01.04.02	Compromissos Previdenciais	2.729	2.450
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	86.436	67.646
7.08.02.01	Federais	83.823	66.790
7.08.02.02	Estaduais	320	745
7.08.02.03	Municipais	2.293	111
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	50.318	27.728
7.08.03.02	Aluguéis	1.611	1.450
7.08.03.03	Outras	48.707	26.278
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	48.707	26.278
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	93.618	54.437
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	93.618	54.437

## Comentário do Desempenho

### COMENTÁRIO DO DESEMPENHO

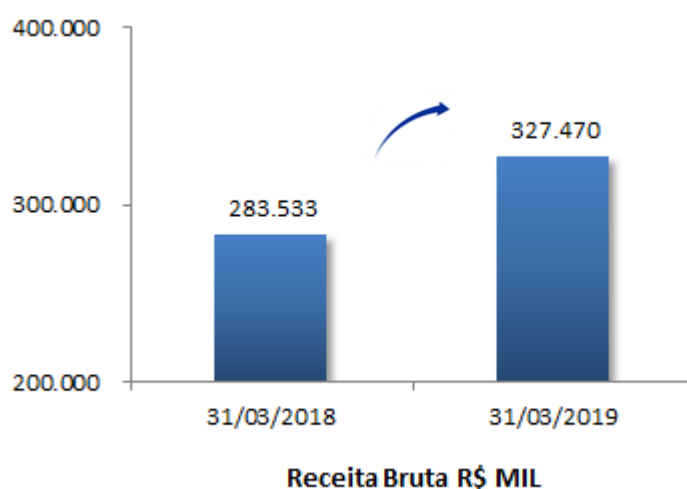
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### Demonstração dos Resultados dos períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018

	31/03/2019	31/03/2018	Δ %
Receita Operacional Bruta.....	327.470	283.533	15,50
Deduções da Receita Operacional.....	(49.287)	(51.159)	(3,66)
Receita Operacional Líquida.....	278.183	232.374	19,71
Custo do Serviço de Energia Elétrica.....	(129.962)	(164.352)	(20,92)
Custo com Energia Elétrica.....	(22.219)	(72.971)	(69,55)
Custo de Operação.....	(107.743)	(91.381)	17,91
Lucro Operacional Bruto.....	148.221	68.022	117,90
Despesas Operacionais.....	(44.976)	(25.632)	75,47
Outras Receitas.....	4.608	2.845	61,99
Outras Despesas.....	(1.278)	(1.087)	17,57
Resultado do Serviço.....	106.575	44.148	141,41
Depreciação e Amortização.....	7.641	5.797	31,82
Resultado de Participações Societárias.....	16.376	23.917	(31,53)
EBITDA.....	114.216	49.945	128,69
Margem EBITDA.....	41,06%	21,49%	91,03
Receita/Despesa Financeira.....	(2.596)	(6.512)	(60,13)
IR e CS.....	(25.602)	(7.360)	247,86
Resultado Líquido do Período.....	94.753	54.193	74,84

#### Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta é valor faturado pela empresa em suas operações. A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT encerrou o mês de março de 2019 com uma receita operacional bruta de R\$327.470 milhões, variação de 15,50%, superior ao registrado no mesmo período do ano anterior que foi de R\$283.533 milhões.



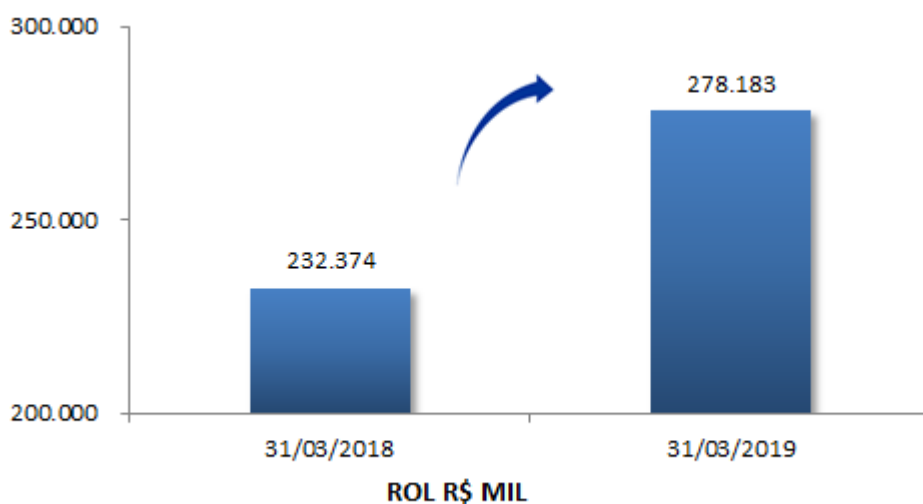
## Comentário do Desempenho

### Deduções da Receita Operacional

As deduções da receita operacional são os valores deduzidos diretamente do faturamento, tais como os impostos sobre venda e os encargos intrassetoriais. As deduções da receita operacional em março de 2019 totalizaram R\$49.287, com variação de 28,49% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior que foi de R\$51.159.

### Receita Operacional Líquida - ROL

A ROL é basicamente o faturamento deduzido de encargos e tributos, tais como os impostos sobre venda e os encargos intrassetoriais. A receita líquida em março de 2018 foi de R\$232.374 milhões, já em março de 2019 foi de R\$278.183 milhões, refletindo uma margem de 19,71%.



### Custo do Serviço de Energia Elétrica

O Custo do Serviço de Energia Elétrica compreende os custos necessários para a realização dos objetivos da atividade da empresa, inclui todos os gastos incorridos diretamente na produção e na prestação de serviços e se divide em Custo com Energia Elétrica e Custo de Operação. Observa-se que 2019 o Custo do Serviço de Energia Elétrica sofreu uma redução de 20,92% passando de R\$164.352 em março de 2018 para R\$129.962 em março de 2019, sendo que o Custo de Energia Elétrica comprada para revenda o item de maior impacto.

- **Custo com Energia Elétrica:** O custo com energia elétrica reduziu em 69,75% passando de R\$72.971 milhões em março de 2018 para R\$22.219 milhões em março de 2019. Esta redução deve-se principalmente a redução de Energia Elétrica Comprada para Revenda.
- **Custo de Operação:** O custo de operação apresentou um aumento de 17,91% resultando em março de 2019 no valor de R\$107.743 milhões em comparação ano anterior no qual o custo era de R\$91.381 milhões. Esta variação é explicada pelo aumento nas rubricas de Pessoal e Serviço de Terceiros.

As despesas operacionais são os gastos para a manutenção da atividade da empresa, inclui as despesas com vendas, administrativas e outras despesas operacionais.

## Comentário do Desempenho

### EBITDA

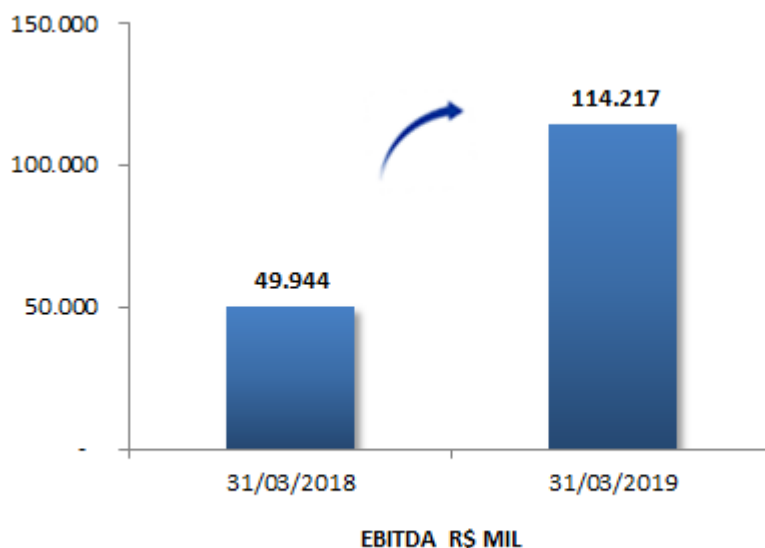
A composição do EBITDA de 30 de março de 2019, bem como do mesmo período do ano anterior é de:

	31/03/2019	31/03/2018
Receita Operacional Líquida .....	278.183	232.374
( - ) Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos .....	(129.962)	(164.352)
( - ) Despesas/Receitas Operacionais (*) .....	(41.645)	(23.875)
= Resultado Operacional .....	106.576	44.147
( + ) Depreciação/Amortização .....	7.641	5.797
<b>EBTIDA</b>	<b>114.217</b>	<b>49.944</b>
<b>Margem EBTIDA</b>	<b>41,06%</b>	<b>21,49%</b>

(\*) Na composição das Despesas/Receitas Operacionais não são consideradas as receitas e despesas financeiras e o Resultado da Equivalência Patrimonial.

Em linhas gerais o EBTIDA representa o quanto à empresa gera de recursos considerando apenas as suas atividades operacionais, é o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

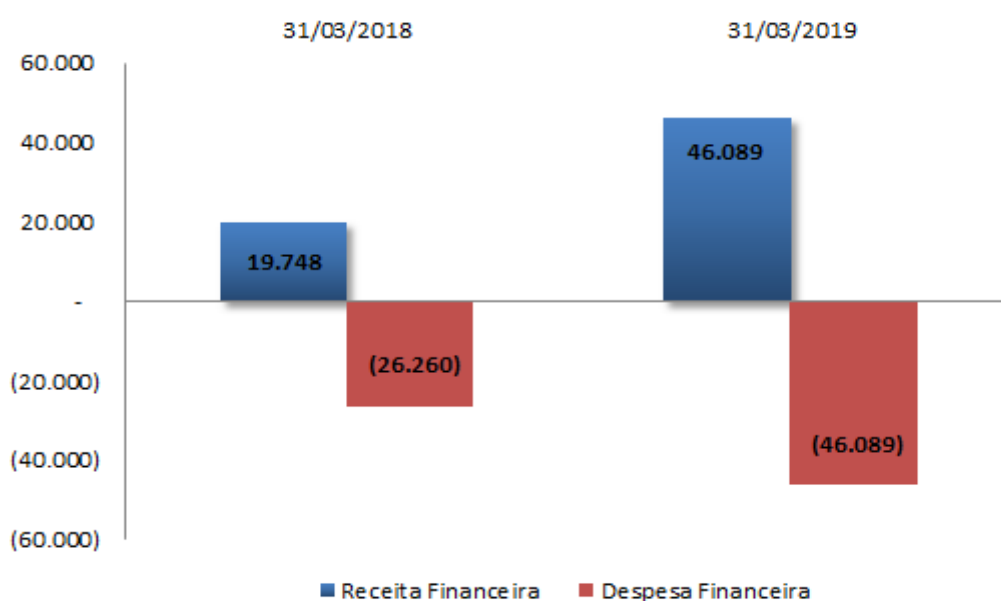
Em março de 2019 houve um acréscimo de 0,24% no indicador EBITDA em comparação ao mesmo período do ano anterior. A margem do EBITDA apresentou acréscimo, passando de 21,49% em março de 2018 para 41,06% em março de 2019.



## Comentário do Desempenho

### Resultado Financeiro

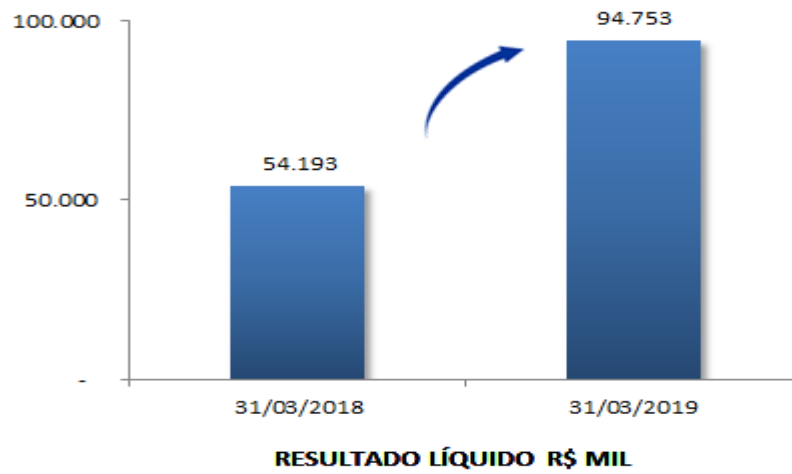
- Receita Financeira – No mês de março de 2019, as receitas somaram R\$46.089 milhões, ocorrendo um acréscimo de 149,58% se comparadas com o mesmo período do ano anterior, no qual as receitas somavam R\$19.748 milhões, devido principalmente à variação cambial.
- Despesa Financeira – aumentou em 85,39%, passando de R\$26.260 milhões em março de 2018 para R\$4.089 milhões em março de 2019, devido principalmente à Variação Monetária e Cambial dos Empréstimos e Financiamentos e também a Despesa Financeira de Recontabilizações CCEE.



### Resultado do Período

O resultado do período é obtido pela diferença entre todas as receitas e todas as despesas do período. Como consequência da combinação de todos os efeitos anteriormente mencionados, o lucro líquido em 31 de março de 2019 alcançou R\$94.753 milhões, apresentando um aumento de 74,84% em relação ao mesmo período de 2018.

## Comentário do Desempenho



## Notas Explicativas

### Notas Explicativas

às Informações Trimestrais  
em 31 de Março de 2019

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (Companhia) com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A, Sala 722, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. Foi organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei nº 12.593, em 13 de setembro de 2006, e constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, em 26 de novembro de 2006. A Companhia tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de produção (geração) e transmissão de energia elétrica, bem como desenvolver atividades que visem idêntica finalidade; a prestação de serviços de natureza pública ou privada, no setor de energia elétrica; a exploração de sua infraestrutura, com a finalidade de gerar receitas alternativas, complementares ou acessórias, inclusive proveniente de projetos associados.

No segmento de transmissão, a CEEE-GT exerce o controle acionário da Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB. Em janeiro de 2014 a sócia Procable Energia e Telecomunicações S.A. e a sócia Zhejiang United Engeneering CO Ltda, transferiram cotas de capital subscrito para a CEEE-GT. Ainda no exercício de 2014 foi efetuada a integralização de capital no montante de R\$25.000, durante o exercício de 2015 foi integralizado o montante de R\$9.947 e no exercício de 2016 totalizaram R\$176.710 e integralizados pela CEEE-GT na Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 92,63% do capital integralizado.

No segmento de geração, a CEEE-GT também exerce o controle acionário das Sociedades de Propósito Específico Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., constituídas em fevereiro de 2014 e integrantes do consórcio responsável pela construção do Complexo Eólico Povo Novo. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 99,99%, conforme descrito na nota explicativa nº 16.2.

#### 1.1. Das Concessões

##### 1.1.1. Concessão de Geração

Em 05 de abril de 2000 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 025/2000 - ANEEL para exploração de geração de energia elétrica. O contrato regula a exploração dos potenciais de energia hidráulica por meio das centrais geradoras e das instalações de transmissão de interesse restrito às centrais geradoras.

Com o advento da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/13, estabeleceu-se um novo marco regulatório no Setor Elétrico Brasileiro possibilitando a renovação antecipada dos contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a partir de uma redução tarifária nos segmentos de geração e de transmissão.

A referida MP estabeleceu que toda energia gerada pelas usinas cujas concessões vencem até 2017, serão comercializadas em regime de cotas, por tarifas definidas pela ANEEL, que cobrirão somente os custos de operação e manutenção, encargos setoriais reduzidos, tributos e a remuneração do uso das redes de transmissão e distribuição.

Em atendimento à legislação, em 04/12/2012, a Companhia firmou com a União, o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 25/2000 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos.

A Usina de Itaúba ainda não foi alcançada pelo conteúdo da Lei 12.783/13, uma vez que sua concessão tem previsão de término para 30/12/2021, já as demais usinas do parque gerador da CEEE-GT estão disponibilizando sua energia para o regime de cotas.

Foram prorrogadas as concessões das usinas listadas no quadro abaixo:

## Notas Explicativas

RELAÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS										
UHE	Potência Instalada (MW)	TEIF (%)	IP (%)	TOTAL [1-(1-TEIF)*(1-IP)]	Nº de Unidades Geradoras	Localização (Rio/Município/UF)	Atos			Termo Final da Concessão
							Contrato de Concessão	1ª Prorrogação	2ª Prorrogação	
Jacuí	180	1,672	5,403	6,98	6	Rio Jacuí/Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo Real	158	2,533	8,091	10,42	2	Rio Jacuí/ Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 278, 11/08/99	-	31/12/2042
Canastra*	44,8	-	-	-	2	Rio Santa Maria/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Bugres*	19,2	-	-	-	2	Rio Santa Cruz/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ernestina	4,96	-	-	-	1	Rio Jacuí/ Ernestina/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Capigui*	4,47	-	-	-	3	Rio Capigui/Passo Fundo/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Guarita*	1,76	-	-	-	1	Rio Guarita/Erval Seco/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Herval*	1,52	-	-	-	2	Rio Cadeia/Santa Maria do Herval/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Santa Rosa*	1,58	-	-	-	1	Rio Santa Rosa/Três de Maio/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo do Inferno*	1,49	-	-	-	1	Rio Santa Cruz/São Francisco de Paula/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Forquilha*	1,118	-	-	-	1	Rio Forquilha/Maximiliano de Almeida/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ijuizinho*	1,118	-	-	-	1	Rio Ijuizinho/Eugênio de Castro/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042

\* Usinas não despachadas centralizadamente.

A Usina de Toca, localizada no município de São Francisco de Paula, por ser menor que 1 MW, e estar enquadrada em uma legislação específica, não é objeto de renovação nas atuais condições e portanto deverá ser requerida a autorização ao poder concedente por ocasião do vencimento da atual concessão em 07/07/2015.

A CEEE-GT, conforme Despacho da ANEEL nº 259 de 21/07/1999 tem um registro da Pequena Central Hidrelétrica Ivaí, com potência instalada de 0,768 MW, localizada no rio Ivaí, município de Júlio de Castilhos.

Em 31 de outubro de 2012 o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria Ministerial nº 578, definindo as tarifas iniciais para as Usinas Hidrelétricas enquadradas no art. 1º da MP 579, com base no valor do Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG.

Em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as usinas hidrelétricas. Assim, nos termos das Portarias publicadas pela União, ficou delineado que as usinas da CEEE-GT acobertadas pelo contrato de concessão nº 25/2000 não seriam indenizadas, sendo que, em paralelo, a Companhia protocolou junto ao Ministério de Minas e Energia ofício contendo algumas questões, em especial no que se refere à indenização dos investimentos ainda não depreciados inerentes às usinas renovadas. Vide nota explicativa nº 17.

### 1.1.1.1. Aspectos Regulatórios

#### a) Repactuação do Risco Hidrológico

As condições hidrológicas adversas ocorridas nos últimos anos, somada às decisões operativas e a outros fatores que influenciam no despacho da geração pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), afetaram financeiramente os agentes hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) que, ao não conseguirem entregar energia suficiente para honrar seus contratos, ficaram expostos ao Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) no Mercado de Curto Prazo (MCP).

## Notas Explicativas

Ao longo de 2015, a Companhia, com o objetivo de se proteger financeiramente dos valores a ela atribuídos a título de risco hidrológico, bem como do rateio dos valores proveniente de outros agentes protegidos judicialmente, ingressou com ação judicial e obteve decisão liminar, com efeitos a partir de março de 2015, limitando a redução, via Fator de Ajuste do MRE (GSF), a 5% da Garantia Física das usinas modeladas no perfil da CEEE-GT junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e que não foram objeto de renovação das Concessões prevista na Lei nº 12.783/2013.

A Lei nº 13.203, publicada em 9 de dezembro de 2015, e a Resolução Normativa ANEEL nº 684, publicada em 14 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico suportados pelos agentes participantes do MRE, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015. A referida regulamentação apresentou propostas distintas para a energia contratada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), porém ambas tinham como condição para a repactuação a retirada de qualquer ação judicial relativa ao tema, com resolução de mérito. Devido à característica do portfólio de contratos de venda de energia em 2015, a Companhia teve quase que a totalidade de sua energia remetida à modalidade de repactuação no ACL, cuja proposta se caracteriza pela contratação de energia de reserva. Em janeiro de 2016 a Administração decidiu por não aderir à proposta, mantendo a ação judicial em curso.

Em 2017, nos meses de abril e setembro, a Companhia teve decisões desfavoráveis em relação a sua liminar judicial, fato que culminou na reversão dos seus efeitos históricos em janeiro de 2018, a partir de deliberação do Conselho de Administração da CCEE. Judicialmente a Companhia conquistou nova liminar judicial, a qual possibilitou que a Companhia pague 5% da dívida ao mês, desonerando-a de todo os eventuais ônus e sanções relacionados ao não aporte da garantia financeira e não pagamento do respectivo débito em sua totalidade. Mantida essa situação, o saldo devedor será integralmente quitado ao longo de 2019.

### *1.1.2. Concessão de Transmissão*

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT detém duas concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

#### *1.1.2.1. Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL*

Em 1º de outubro de 2001 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL para Transmissão de energia elétrica. Em razão da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013 e Decreto nº 7.805/2013, o contrato de concessão foi aditado em 04/12/2012, tendo sofrido alterações significativas. O Contrato de Concessão, já com as alterações realizadas, estabelece:

- I. quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente;
- II. as condições para a prestação do serviço;
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

Em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as instalações integrantes das concessões de transmissão de energia elétrica enquadradas pela MP 579, ficando delineado o montante de R\$661.086 mil a preço de outubro de 2012, para indenização das instalações não depreciadas, posteriores a maio de 2000, relacionadas ao contrato de Concessão nº 055/2001. Essas instalações são usualmente denominadas RBNI.

Ainda, no que tange as instalações não depreciadas anteriores a maio de 2000, usualmente denominada RBSE, a Lei nº 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela ANEEL. Informações complementares estão disponíveis na nota explicativa nº 13.

Com a vigência da MP 579 (Lei 12.783/13), o prazo do Contrato de Concessão foi prorrogado por mais trinta anos e tem prazo de vigência até 31 de dezembro de 2042. O Contrato de Concessão também estabelece que a Receita Anual Permitida (nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão) será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada cinco anos.

## Notas Explicativas

Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelecerá em regulamentação específica regras e metodologia para cálculo dessa revisão.

### *1.1.2.2. Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL*

Em 19 de dezembro de 2002 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL para Transmissão de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3 estabelece:

- I. a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão;
- II. quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores);
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

O Contrato de Concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período desde que requerida pela Companhia até 36 (trinta e seis) meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovado seus impactos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

## **2. ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO**

A Companhia possui uma estação de piscicultura no município de Tio Hugo, cujo objetivo é a produção de alevinos e peixes a serem soltos nos reservatórios visando à manutenção e preservação da ictiofauna existente nos mesmos. Estas atividades não são relevantes para operação da Companhia.

## **3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

### **3.1. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As Informações Trimestrais Compreendem:

#### *a) Informações Trimestrais Individuais*

## Notas Explicativas

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Essas demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

### *b) Informações Trimestrais Consolidadas*

As Demonstrações Financeiras Consolidadas, identificadas como “Consolidado”, estão apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas brasileiras incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. E, quando aplicável, as regulamentações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

#### *3.1.1. Autorização e Emissão das Informações Trimestrais*

A Administração da Companhia autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 15/05/2019.

#### *3.1.2. Base de Mensuração*

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

#### *3.1.3. Moeda de Apresentação e Moeda Funcional*

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores foram arredondados para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

#### *3.1.4. Lucro Líquido por Ação*

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados. Vide nota explicativa nº 29.

### **3.2. Uso de Estimativas**

## Notas Explicativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e na experiência da Administração, e são suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou quando as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real.

### Transações e venda de energia elétrica na CCEE

A Companhia registra as compras e vendas efetuadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de acordo com as informações disponibilizadas pela própria entidade. Nos meses em que as informações não são disponibilizadas em tempo hábil a Companhia estima o valor utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

### Provisões para Perda estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa

A Companhia registra provisão de perda estimada sobre suas rubricas de contas a receber alinhada às expectativas da administração quando existem incertezas quanto ao recebimento da contraprestação esperada. As estimativas são construídas a partir da análise do histórico de inadimplência dos últimos 24 meses, com o intuito de identificar possíveis evidências significativas no aumento do risco de crédito para as carteiras dos diversos instrumentos contratuais.

Desta forma, a Companhia considera que as provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias e Permissionárias.

### Passivos contingentes

As provisões para passivos contingentes, quando aplicável, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

### Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

### Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Periodicamente a Companhia revisa as estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, considerando um estudo técnico de viabilidade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

### Ativo Contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio.

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

### Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo

A Administração da Companhia utiliza como referência os preços de fechamento apurados na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, a Companhia utiliza técnicas de avaliação para definição do valor justo, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Administração da Companhia entende que os métodos utilizados são adequados para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

## Notas Explicativas

A taxa aplicada ao Ativo Financeiro da Concessão é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio.

### Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil regulatória dos bens, estabelecida pela ANEEL. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

### Ativo Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para os ativos intangíveis.

### 3.3. Procedimento de Consolidação

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas contemplam as informações da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e das suas controladas a Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB, Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela CEEE-GT.

Empresas Controladas	% de Participação	
	31/03/2019	31/12/2018
1 - Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda - TESB	92,63%	90,40%
2 - Ventos de Curupira	99,99%	99,99%
3 - Ventos de Povo Novo	99,99%	99,99%
4 - Ventos de Vera Cruz	99,99%	99,99%

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas com as empresas consolidadas.

A participação do acionista não controlador no patrimônio líquido e no lucro líquido da controlada, consolidada integralmente, está apresentada de forma segregada no balanço patrimonial e na demonstração de resultado consolidado, respectivamente, nas linhas denominadas “Participação de acionista não controlador” e “Lucro atribuído ao acionista não controlador”.

## 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As políticas contábeis adotadas na elaboração destas informações trimestrais individuais e consolidadas, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis são consistentes com o praticado na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 17 de abril de 2019.

### 4.1 Principais alterações nas normas contábeis

#### 4.1.1 Principais alterações nas normas vigentes em 2018

As principais normas divulgadas pelo International Accounting Standard – IASB e normatizadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais tiveram vigência a partir de 01 de janeiro de 2018, são as seguintes:

##### 4.1.1.1 IFRS 15 (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente)

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2018, adota as práticas previstas nas normas CPC 47/ IFRS 15 – Receitas de Contratos de Clientes, que consiste em um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por

## Notas Explicativas

cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente. A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47/IFRS 15: i) identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; ii) identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; iii) determinar o preço de cada tipo de transação; iv) alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; e v) reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Companhia analisou as receitas de construção da infraestrutura da concessão e concluiu que as mesmas são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente. Com base nas análises realizadas, a Companhia reclassificou os saldos contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 da rubrica de ativo financeiro da concessão para ativo contratual (nota explicativa 12).

A aplicação retrospectiva deste pronunciamento para os saldos de 31 de dezembro de 2017 gerou uma reclassificação de ativo financeiro da concessão para ativo contratual no montante de R\$ 789.314.

A Companhia, aproveitando a isenção que lhe permite, optou pela adoção do CPC 47 através do método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, não havendo efeitos nos atos societários já aprovados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

### 4.1.1.2 IFRS 9 (CPC 48 – Instrumentos Financeiros)

Este pronunciamento trouxe, a partir de 01 de janeiro de 2018, uma nova abordagem a respeito da classificação, mensuração, reconhecimento e provisão de perdas de valor recuperável sobre os ativos e passivos financeiros. Anteriormente, esta abordagem era tratada no CPC38 - Instrumentos Financeiros.

As classificações anteriormente previstas no parágrafo 45 do CPC 38 / IAS 39, estavam assim elencadas: **i)** ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; **ii)** investimentos mantidos até o vencimento; **iii)** empréstimos e contas a receber; e **iv)** ativos financeiros disponíveis para venda.

A partir da vigência do pronunciamento CPC 48, a Companhia passou a classificar seus ativos e passivos financeiros com base no modelo de negócio em que a gestão dos mesmos leve ao atingimento do seu objetivo comercial, considerando as intenções da administração em relação ao instrumento individual ou agrupado em um portfólio. As novas classificações adotadas são:

- i) Custo amortizado;
- ii) Valor justo por meio do resultado (VJR); e
- iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangente (VJORA).

Com as novas classificações introduzidas pelo CPC 48 / IFRS 9, vieram os novos conceitos para o enquadramento dos ativos e passivos financeiros, estes observados pela Companhia no momento de classificação dos seus instrumentos. Desta forma, descreve-se abaixo as principais características sobre cada uma das modalidades:

- i) Custo amortizado:
  - a) Quando o ativo for mantido em um modelo de negócio cujo objetivo principal seja receber fluxos de caixa contratuais; e
  - b) Quando os termos contratuais derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam o pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;
- ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):
  - a) Quando o ativo financeiro for mantido em um modelo de negócio cujo objetivo seja tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais ou pela venda do ativo; e
  - b) Quando os termos contratuais derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam o pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- iii) Valor justo por meio do resultado (VJR):
  - a) Quando não for mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, de forma irrevogável, designar um ativo financeiro que, de outra forma,

## Notas Explicativas

satisfaça os quesitos para serem mensurados ao custo amortizado ou VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Apresentados estes conceitos, o quadro a seguir descreve sobre como a Companhia realiza esta avaliação para a classificação dos seus ativos e passivos financeiros:

Política aplicada a partir de 01 de janeiro de 2018:

<b>Avaliação do modelo de negócio:</b>	A companhia faz a avaliação do modelo de negócio para o ativo ou passivo financeiro, seja em sua forma individual ou em um portfólio de ativos/contratos que apresentem as mesmas características de recebimento ou pagamento que não se difiram quando analisados de forma individual.
	A classificação inclui a verificação de como se concentra a estratégia da administração, ou do órgão regulador, a respeito das características de recebimento de principal e juros em um fluxo de caixa, consideradas também as possibilidades de venda, indenização, ou pagamento do instrumento.
	Para fins desta avaliação, “principal” é o valor justo do ativo financeiro no momento do seu reconhecimento inicial. De outra forma, “juros” são considerados os encargos para cobrir da taxa relacionada à perda do valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito associado.
<b>Formas de reconhecimento de ganhos e perdas:</b>	Ativos financeiros mensurados pelo VJR: Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado na competência em que ocorrem, exemplo: juros, taxas de retorno sobre o investimento (remuneração), dividendos e redução ao valor recuperável.
	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado na competência em que ocorrem. Exemplo: redução de valor recuperável, juros e variações monetárias.
	Ativos financeiros mensurados ao VJORA: Os ganhos e perdas decorrentes de juros, variações monetárias e redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado na competência em que ocorrem. Outros ganhos e perdas líquidas são reconhecidos no ORA. No momento de desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados são reclassificados para o resultado.

O novo pronunciamento trouxe como inovador o conceito de que as perdas de valor recuperável dos ativos migram de um modelo de “perdas incorridas” para um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O quadro abaixo retrata as principais práticas da Companhia no sentido de acompanhar se o valor contábil líquido dos seus ativos estão apresentados nas demonstrações contábeis por seu valor plenamente recuperável.

<b>Perdas ao valor recuperável:</b>	<p>A Companhia avalia periodicamente se existem sinais de aumento no risco de crédito que seja significativa para o fluxo de caixa da contraprestação esperada para liquidação dos ativos financeiro/contratual.</p> <p>Especificamente para os ativos contratuais, a Companhia avalia o comportamento, através do portfólio de contratos, dos seus principais contratos, que são os relacionados à venda de energia e à disponibilização dos sistemas de transmissão. Nesta avaliação, é criticado o histórico da inadimplência da carteira de contas a receber relacionada aos faturamentos destes contratos, além de outras rubricas que compõem o contas a receber.</p> <p>Sobre os demais ativos financeiros, a companhia avalia o valor justo dos mesmos por meio de comparativo com o valor de mercado, que em alguns casos pode ser o valor novo de reposição (VNR) devidamente constante em resolução homologatória do órgão regulador, que, em alguns casos, podem ser atualizados por algum indexador de inflação, geralmente, IPCA.</p> <p>Outros ativos financeiros têm seu valor justo identificado pela metodologia de fluxo de caixa descontado por uma taxa de desconto razoável para o modelo de negócio ou ainda é constituído um fluxo de caixa que contempla os investimentos iniciais e as receitas (contraprestações) esperadas ao longo da vida do ativo/contrato, estabelecendo a taxa de retorno que é utilizada para a sua atualização e para identificação do valor presente do fluxo de caixa.</p> <p>Quando é identificado um valor inferior entre o valor recuperável e o valor líquido constante nos saldos contábeis, seja pela venda ou pelo fluxo de caixa advindo do uso do ativo, a diferença é ajustada imediatamente no resultado no momento em que ocorre.</p>
-------------------------------------	--

Desde a adoção inicial do CPC 48/ IFRS 9, em 01 de janeiro de 2018, a Companhia revisa periodicamente as premissas e os dados que sustentam a construção da matriz de inadimplência, que gera um *aging list* (antiguidade de vencimentos) dos ativos contratuais, assim como os dados para elaboração dos fluxos de caixa dos ativos financeiros, com o objetivo de identificar qualquer alteração significativa que possa elevar o risco de crédito e ocasionar um registro de perda por valor recuperável.

## Notas Explicativas

A Companhia, com a adoção retrospectiva do CPC 48, estimou o valor justo por meio do resultado para os saldos de 31 de dezembro de 2017 do ativo financeiro da Lei nº 12.783 – RBSE, com impacto no montante de R\$ 269.138 no total do ativo.

A Companhia, aproveitando a isenção que lhe permite, optou pela adoção do CPC 48 através do método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, não havendo efeitos nos atos societários já aprovados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Segue abaixo a nova classificação para os instrumentos financeiros com a aplicação do novo pronunciamento:

	Nota	Classificação de acordo com:		31/12/2017	01/01/2018
		CPC 38/IAS 39	CPC 48/IFRS 9		
<b>Ativos Financeiros</b>					
Numerário Disponível	5.1	VJR	VJR	2.080	2.080
Aplicações Financeiras	5.2	VJR	VJR	279.496	279.496
Concessionárias e Permissionárias	6	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	190.254	190.254
Ativo de Concessão - Financeiro	13	Empréstimos e recebíveis	VJR	1.623.880	1.893.018
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar-CRC	10	Disponível para Venda	VJORA	135.585	135.585
<b>Passivos Financeiros</b>					
Fornecedores	17	Custo Amortizado	Custo Amortizado	243.102	243.102
Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações	20	Custo Amortizado	Custo Amortizado	405.954	405.954

### 4.2. Novas normas e interpretações

#### 4.2.1. Principais alterações nas normas contábeis – Vigentes a partir de 01 de janeiro de 2019.

##### 4.2.1.1 IFRS 16 Leases (CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil)

#### i) Interpretação e aplicação

O IASB emitiu a Norma IFRS 16, que define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de *leases* (arrendamentos). Chancelando as considerações deste *report*, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis promoveu a revisão do seu Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1), que passou a contar com sua versão (R2), estando vigente a partir de 01 de janeiro de 2019. O princípio norteador desta nova normativa diz respeito ao reconhecimento do ativo e passivo advindo do direito de uso de um bem objeto do contrato de arrendamento.

A Companhia realizou levantamento em todos os seus contratos com características de arrendamentos, com a finalidade de avaliar o impacto de adoção da nova norma e divulgou o mesmo nas suas demonstrações financeiras do exercício de 2018.

No levantamento dos contratos foram ponderados alguns pré-requisitos para o registro como ativo e passivo de direito de uso, sendo eles:

- a) a identificação de um ativo exclusivo no contrato de arrendamento, o qual o arrendador não tenha o direito de substituição;
- b) o arrendatário obtém substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante todo o período de uso;
- c) o direito do arrendatário em direcionar a finalidade de utilização do ativo durante todo o período de uso.
- d) o período de arrendamento é superior a doze meses; e
- e) o arrendamento não é de pequeno valor.

#### ii) Mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento

## Notas Explicativas

Para cada contrato escopo da nova norma contábil, a Companhia adotou a metodologia de fluxo de caixa descontado, com o objetivo de identificar o valor presente dos ativo e passivo a serem registrados pelo direito de uso em 1º de janeiro de 2019. Foram considerados no fluxo de caixa os valores mensais das parcelas fixadas no contrato, pelo período de janeiro de 2019 até o último período contratual, sendo considerados os reajustes anuais que ocorrem por IGP-M.

Os fluxos de caixa foram ajustados a valor presente pela taxa incremental de empréstimos e financiamentos, sendo aquela que representa o custo real das suas últimas consultas para captações no mercado financeiro. A Companhia considerou como adequada a taxa (% CDI + 3,25% a.a) convertidas para taxa efetiva mensal.

### iii) Impactos da adoção

Considerando que os valores da adoção da IFRS16 para a Companhia são imateriais frente aos valores das suas demonstrações contábeis, a Administração decidiu por não fazer os registros advindos da adoção da nova norma, aproveitando o julgamento da materialidade, este bem apontado pela CVM em seu Ofício-Circular Nº 01/2019.

A Companhia apresenta a seguir os efeitos nas suas demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2019, em uma hipótese de efetivação dos registros contábeis pertinentes à adoção da nova norma:

Efeitos 1º ITR 2019:

Em mil R\$

Aumento	Ativo	Passivo	=	R\$ 3.088
Redução	Gasto Operacional			R\$ 26
Aumento	Despesa Financeira			R\$ 75
Redução	Resultado Líquido			R\$ 48

#### 4.3..1.1 ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos para reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Neste contexto, a Companhia deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação.

## 5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>					
Numerário Disponível .....	5.1	3.406	1.161	3.729	1.632
Aplicações Financ. de Liq. Imediata - SIAC/BANRISUL .....	5.2	215.206	181.035	217.366	184.969
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>218.612</b>	<b>182.196</b>	<b>221.095</b>	<b>186.601</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Fundo Bradesco Empresas .....		9	9	9	9
<b>Total de Aplicações Financeiras de Longo Prazo</b>		<b>9</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>9</b>

### 5.1. Numerário Disponível

O valor de R\$3.406 (R\$1.161 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

### 5.2. Aplicações Financeiras

## Notas Explicativas

O valor de R\$215.206 (R\$181.035 em 31 de dezembro de 2018) registrado no ativo circulante refere-se a aplicação no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº33.959, de 31 de maio de 1991, remunerado pela taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

### 6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Suprimento de Energia .....	18.201	20.707	18.201	20.707
Encargos de uso da Rede .....	87.723	84.910	88.484	85.128
Títulos de Crédito a Rebeber .....	591	501	591	501
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa ..	(6.032)	(4.785)	(6.032)	(4.785)
	<u>100.483</u>	<u>101.333</u>	<u>101.244</u>	<u>101.551</u>

#### 6.1. Provisão para Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa

O valor de R\$6.032 (R\$4.785 em 31 de dezembro de 2018) refere-se à provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa relativos a valores de concessionárias, permissionárias diversas e consumidores livres vencidos há mais de três meses.

	31/12/2018	CONTROLADORA/CONSOLIDADO		31/03/2019
		ADIÇÕES	EXCLUSÕES	
Suprimento de Energia .....	11	145	(145)	11
Encargos de uso da Rede .....	4.774	1.247	-	6.021
	<u>4.785</u>	<u>1.392</u>	<u>(145)</u>	<u>6.032</u>

### 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>				
PIS/COFINS a Compensar .....	306	338	306	338
INSS a Compensar .....	421	400	421	400
IRPJ e CSLL a Compensar .....	291	283	291	283
IRPJ e CSLL Base Negativa .....	642	21.096	858	21.258
	<u>1.661</u>	<u>22.117</u>	<u>1.877</u>	<u>22.279</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
PIS/COFINS a Compensar .....	2	2	2	2
IRPJ e CSLL a Compensar .....	1	1	1	1
Outros Créditos a Compensar .....	3	3	3	3
	<u>6</u>	<u>6</u>	<u>6</u>	<u>6</u>

### 8. ESTOQUES

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Estoque de Operação .....	25.537	28.025	25.537	28.025
(-) Provisão para Perdas .....	(496)	(516)	(496)	(516)
	<u>25.041</u>	<u>27.509</u>	<u>25.041</u>	<u>27.509</u>

Os saldos de estoques referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio e deduzidos das provisões para perdas.

### 9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Os saldos compõem-se de:

## Notas Explicativas

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>					
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D .....	9.1	10.037	9.555	10.037	9.555
Adiantamento a Fornecedores/Empregados.....		5.677	5.584	5.677	5.584
Aluguel de Postes e Serviços Prestados .....		14.182	13.717	14.182	13.717
Cedência de Funcionários .....	37	525	509	525	509
Conta Gráfica .....	9.2	-	2.437	-	2.437
Dividendos a Receber.....	9.3	38.072	38.072	38.072	38.072
Custos a Reembolsar.....	9.4	23.368	23.222	10.351	11.086
Outros Devedores .....		37.314	28.338	37.720	28.743
		<u>129.175</u>	<u>121.434</u>	<u>116.564</u>	<u>109.703</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Mútuo CEEE-D .....	9.5	373.149	373.240	373.149	373.240
Outros .....		3.866	4.011	93.498	105.676
		<u>377.015</u>	<u>377.251</u>	<u>466.647</u>	<u>478.916</u>

### 9.1. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R\$10.037 (R\$9.555 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando à geração de novos processos ou produtos, bem como o aprimoramento de suas características.

### 9.2. Conta Gráfica

O valor de R\$2.437 em 31 de dezembro de 2018 refere-se aos saldos de cedência de funcionários e bloqueios judiciais realizados entre as contas da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D e da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR.

### 9.3. Dividendos a Receber

O valor de R\$38.072 em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, refere-se a dividendos declarados pelas investidas, compostos da seguinte forma: Chapecoense R\$5.961, Ceran R\$7.442, TSLE R\$7.334, Enercan R\$3.353, Etau R\$40, Complexo Eólico Povo Novo R\$17 e Enerfin R\$13.925.

### 9.4. Custos a Reembolsar

O valor de R\$23.368 (R\$23.222 em 31 de dezembro de 2018) refere-se aos contratos de prestação de serviços, os quais tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras, principalmente com as investidas Povo Novo e TESB.

### 9.5. Mútuo CEEE-D

Em 21 de maio de 2014, através do Despacho nº 1.585, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu a operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (mutuante) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (mutuária) no valor de até R\$150.000 (cento e cinquenta milhões de reais) com regramento contratual de devolução em 24 (vinte e quatro) meses. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 29 de maio de 2014.

Em 11 de dezembro, através do Despacho nº 4.790, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu o primeiro aditivo ao contrato alterando o valor para R\$300.000 (trezentos milhões de reais) e mantendo o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, cujo objeto foi a alteração de sua Cláusula Primeira. Através do Despacho 1.384 de 25 de maio de 2016, a ANEEL anuiu o contrato de mútuo com prazo de vigência de até 24 (vinte e quatro) meses, para refinanciamento do mútuo anterior, no montante de R\$335.212 (trezentos e trinta e cinco milhões duzentos e doze mil).

Em 28 de setembro de 2017, através do Despacho 3.331, a ANEEL anuiu a celebração de Termo de Dação de Imóvel em Pagamento e Quitação Parcial do Contrato de Mútuo com a transferência de propriedade da fração ideal de 73,45% do imóvel onde está localizado o Centro Administrativo Engenheiro Noé de Melo Freitas, CAENMF, pertencente a CEEE D, permitindo amortizar R\$293.869 (duzentos e noventa e três milhões, oitocentos e sessenta e nove mil reais) do Contrato de Mútuo. O referido Termo de Dação em Pagamento foi assinado em 23 de outubro de 2017.

## Notas Explicativas

Em 31 de julho de 2018, a ANEEL de acordo com o Despacho 1.716, anuiu à celebração do Contrato de Mútuo entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE – D e a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE – GT, o qual teve como objeto o refinanciamento pelo prazo de 24 meses do saldo devedor do Contrato de Mútuo anterior firmado entre as empresas, correspondente a R\$ 72.282 (setenta e dois milhões, duzentos e oitenta e dois mil reais) da data de 16 de abril de 2018. Posteriormente em 15 de agosto de 2018 a Agência Reguladora emitiu o Despacho 1.856, permitindo aditivo ao mútuo já existente, no valor de até R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais), pelo prazo de 24 meses.

O saldo do contrato de Mútuo corrigido mensalmente pela CDI perfaz o montante de R\$373.149.

Data do Evento	Histórico	Valor
25/05/2016	Contrato Repactuado	335.212
31/08/2018	Liberação Mútuo	100.000
30/09/2018	Liberação Mútuo	150.000
31/10/2018	Liberação Mútuo	50.000
31/03/2019	Parcelas Liberadas até 31/03/2019	635.212
31/03/2019	Atualização até 31/03/2019	66.715
31/03/2019	Parcelas Recebidas até 31/03/2019	(328.778)
NÃO CIRCULANTE .....		<u>373.149</u>

### 10. INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO GOVERNO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Investimentos em Títulos do Governo .....	103.247	102.734	103.247	102.734
	<u>103.247</u>	<u>102.734</u>	<u>103.247</u>	<u>102.734</u>

#### 10.1. Descrição

O saldo de R\$103.247 (R\$102.734 em 31 de dezembro de 2018) refere-se à liquidação judicial do processo Nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2, cuja decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça – STJ (RESP nº 435.948-RS) proferida em 2005, transitou em julgado no ano de 2009 junto ao Supremo Tribunal Federal – STF.

Em 26 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Termo de Acordo com a União, homologado judicialmente em 31 de janeiro de 2012, liquidando uma lide que perdurou aproximadamente 20 anos. O acordo foi firmado junto a Advocacia Geral da União - AGU, com autorização do Ministério de Minas e Energia - MME e do Ministério da Fazenda, assim como, com a efetiva participação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, da Receita Federal do Brasil – RFB, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Eletrobrás.

Nesse contexto a Companhia obteve um valor a receber de R\$ 1.209.304 inerente à Conta de Resultados a Compensar apurado na data base de 27 de dezembro de 2011, sendo que desse montante foram compensados de forma direta com a União, débitos da Companhia junto à Receita Federal do Brasil – RFB e junto a Secretaria do Tesouro Nacional – STN que totalizavam o montante de R\$55.673. Assim, o valor líquido dos créditos da CRC a receber na data base de 31 de dezembro de 2011 ficou em R\$1.153.631, os quais foram pagos pela União em três parcelas (tranches), mediante a emissão de Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B, com as seguintes características:

- I. Data-base: 15 de julho de 2000;
- II. Valor Nominal na data-base: R\$ 1.000,00 (Um mil reais);
- III. Modalidade: nominativa e negociável;
- IV. Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior;
- V. Juros remuneratórios: 6% a.a.
- VI. Pagamento do principal e juros:
  - Principal – em parcela única na data de vencimento do título;
  - Juros – semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência.

## Notas Explicativas

Em 09/02/2012, 18/12/2012 e 17/12/2013 a Secretaria do Tesouro Nacional transferiu a primeira, a segunda e a terceira tranche para a Companhia no valor de R\$451.310, de R\$459.759 e de R\$365.370, correspondentes a 197.135, 160.231 e 160.231 NTN-B, respectivamente.

### 10.2. Classificação

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia havia classificado o direito de recebimento dos títulos como "Ativos Financeiros mantidos até o vencimento" levando em consideração a data de conversão do crédito em Notas do Tesouro Nacional - série B "NTN-B".

O Termo de Acordo, estabeleceu a transferência dos títulos em três tranches, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis após a homologação do acordo, o que ocorreu em 09 de fevereiro de 2012, a segunda e a terceira tranches em 18/12/2012 e 17/12/2013, respectivamente. No entanto, o recebimento por parte da Companhia da segunda e terceira tranche estava condicionado à quitação de débitos relativos a encargos setoriais junto ao órgão regulador, débitos intrassetoriais e financiamentos perante a Eletrobrás, no prazo de 60 dias após a emissão da primeira tranche. Em abril de 2012 a Companhia efetivou a liquidação dos débitos nos prazos estabelecidos no Termo de Acordo, atendendo a cláusula condicionante para transferência das NTN-Bs nas datas previstas, reclassificando o ativo financeiro para a categoria de disponível para venda.

A Companhia considerou as seguintes características, nas quais não é possível identificar uma categoria específica de instrumento financeiro, exceto Ativo financeiro disponível para venda:

- a intenção de vender os títulos nos prazos estabelecidos nos termos do acordo, sendo Dezembro de 2012 e de 2013, portanto não foram adquiridos para a finalidade de venda em curto prazo, bem como existe restrição de uso desses recursos, devendo os mesmos serem utilizados para investimentos em ativos da concessão.
- as NTN-Bs possuem fluxos de caixa determináveis com vencimentos definidos, mas a Concessionária não possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até os vencimentos nos anos de 2035 e 2045.
- as NTN-Bs estão cotadas em mercado ativo.

### 10.3. Forma de Atualização das NTN-Bs

Considerando a categoria de instrumentos financeiros na qual foram classificadas as NTN-Bs, após o reconhecimento inicial, os títulos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. Adicionalmente, os juros calculados usando o método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado.

Os juros efetivos das NTN-Bs classificadas na conta de aplicações financeiras de curto prazo são calculados com base no valor nominal atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior e Juros remuneratórios: 6% a.a. calculados pró-rata-die).

O valor justo da totalidade dos valores a receber está calculado com o preço unitário divulgado pelo mercado secundário apurado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

### 10.4. Movimentação

O valor justo e os juros efetivos das NTN-Bs estão reconhecidos contabilmente conforme segue:

	Ativo	Passivo e Patrimônio Líquido		Resultado	
	Investimentos em Títulos do Governo	Impostos diferidos	Outros resultados abrangentes	Receita financeira	Impostos
Posição em 31/12/2018	102.734	9.422	162	-	-
Atualização pela taxa efetiva.....	2.183	-	-	2.183	-
Valorização do valor justo .....	5.660	-	5.660	-	-
Venda do ativo financeiro.....	(7.330)	-	(673)	673	-
Efeito tributário.....	-	1.189	(1.187)	-	(2)
Posição em 31/03/2019	103.247	10.611	3.962	2.856	(2)

## 11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

## Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Depósitos Judiciais.....	48.922	45.722	73.882	70.682
	48.922	45.722	73.882	70.682

O valor de R\$48.922 (R\$45.722 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando o saldo das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. (Vide nota explicativa nº 25).

### 12. ATIVO DE CONCESSÃO - CONTRATUAL

Composição dos saldos do Ativo de Concessão de Transmissão:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Circulante .....	116.890	116.890	118.987	117.489
Não Circulante .....	793.204	772.424	1.056.251	1.040.993
	910.094	889.314	1.175.238	1.158.482

A Administração entende que o acordo de concessão atende as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

Com base no Contrato de Concessão nº 080/2002, no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 055/2001 e no Segundo termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 025/2000, a Administração aplica o modelo “financeiro” e reconhece os ativos do contrato pelo valor justo, considerando que a infraestrutura construída é recuperada por meio dos fluxos de caixa estabelecidos na RAP (Receita Anual Permitida) ou RAG (Receita Anual de Geração), a qual contempla os seguintes valores:

- I. receita para cobrir os custos de operação e manutenção (O&M) da infra-estrutura vinculada aos contratos de concessão; e
- II. receita para amortização do capital investido na infra-estrutura a serviço da concessão. Esta parcela de receita é definida mediante a metodologia do WACC (weighted average cost of capital), a qual estabelece a remuneração mínima para o investimento realizado.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$889.314 é composto por R\$39.298, referente aos bens vinculados ao Contrato de Concessão nº 080/2002, por R\$764.026, referente ao Contrato de Concessão nº 055/2001 e R\$85.990 refere-se ao Contrato de Concessão nº 025/2000. O registro é demonstrado por seu valor líquido, deduzido da perda por valor recuperável para aquelas obras que não possuem Resolução Autorizativa emitida pela ANEEL, uma vez que ainda não há homologação de receita para indenização destes investimentos em andamento.

#### 12.1. Movimento do Ativo de Concessão - Contratual

	CONSOLIDADO				Total
	Contrato 055/2001	Contrato 080/2002	Contrato 025/2000	Contrato 001/2011 TESP	
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	764.026	39.298	85.990	269.168	1.158.482
(+) Receita de Construção (Adições).....	14.867	-	9.111	3.923	27.901
(+) Receita Financeira.....	21.892	2.811	1.014	4.100	29.817
(-) Baixas.....	(319)	-	(18)	-	(337)
(+) Reversão da Perda de Valor recuperável.....	-	-	-	-	-
(-) Amortização do período.....	(22.742)	(4.234)	(1.602)	(2.083)	(30.661)
(-) Outros.....	-	-	-	(9.964)	(9.964)
Saldo em 31 de Março de 2019	777.724	37.875	94.495	265.144	1.175.238
Em 31 de Março de 2019 - Circulante	93.848	16.936	6.106	2.097	118.987
Em 31 de Março de 2019 - Não Circulante	683.876	20.939	88.389	263.047	1.056.251

A Receita Anual Permitida – RAP prevista na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.408/2018 para os ativos do Contrato de Concessão de Transmissão nº 055/2001 que entraram em operação após 2012 (RBNI), classificados como Ativo Contratual, é de R\$ 115.924.

A Receita Anual Permitida – RAP prevista na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.408/2018 para os ativos do Contrato de Concessão de Transmissão nº 080/2002, classificados como Ativo Contratual, é de R\$ 25.796

## Notas Explicativas

Os ativos do Contrato de Concessão de Geração nº 025/2000 alcançados pela Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, classificados como Ativo Contratual, tem sua receita anual de R\$ 115.197 definida pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.421/2018, contemplando o valor de R\$ 49.671 de receita adicional para a remuneração do capital e investimentos em melhorias que entraram em operação após a renovação da concessão.

De acordo com os Artigos 63º e 64º do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 691/2015, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando ainda que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na referida concessão.

### 12.3. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de Transmissão.

Ao final da concessão o valor das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável, sendo esta a prática adotada por esta Companhia quando da apuração do valor dos bens vinculados ao Contrato de Concessão Nº 055/2001 alcançados pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. (Vide nota explicativa nº 1.1.2.1).

### 12.4. Valor Recuperável dos Ativos da Concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indícios de que estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

- I. As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Concessão;
- II. As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras;
- III. Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária;
- IV. O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades;
- V. As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens;
- VI. Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a Companhia devidamente indenizada pelo valor residual desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

## 13. Ativo de Concessão - Financeiro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Circulante .....	282.770	282.770	282.770	282.770
Não Circulante .....	1.369.272	1.412.735	1.369.272	1.412.735
	<u>1.652.042</u>	<u>1.695.505</u>	<u>1.652.042</u>	<u>1.695.505</u>

O Montante de R\$1.652.042 (R\$1.695.505 em 31 de dezembro de 2018) refere-se à parcela dos ativos de transmissão não depreciados e existentes em 31 de maio de 2000 pertencentes à Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, os quais conforme previsão da Lei Nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, em seu §2º, art. 15º, são passíveis de indenização pela União.

## Notas Explicativas

Na sequência deste processo de indenização dos ativos vinculados à RBSE, a ANEEL divulgou a Resolução Normativa nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definindo os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização. Nesse sentido, considerando os comandos da Resolução ANEEL, a CEEE-GT, em 27 de dezembro de 2013, enviou ao órgão regulador o cronograma para realização do laudo de avaliação que valoraria estes ativos considerando o critério de valor novo de reposição.

Foi concluído em 23 de março de 2015 o Relatório de Avaliação Patrimonial para Indenização da Rede Básica da CEEE-GT, elaborado pela Consultoria American Appraisal. O referido relatório foi entregue na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 29 de abril de 2015. Conforme a REN nº 589/13 no artigo 6º, a ANEEL tinha um prazo de 150 dias para validar as informações, sendo 30 dias contados a partir da data de protocolo para manifestar o aceite do laudo de avaliação enviado pela companhia e mais 120 dias a partir do aceite para validação das informações com consequente aferição do valor indenizável.

Finalmente, conforme Despacho Nº 1.643 emitido pela ANEEL em 16 de junho de 2016, a CEEE-GT obteve como montante homologado de indenização pertinente aos ativos não totalmente depreciados e existentes em 31 de maio de 2000, o valor de R\$836.283, na data base de 31 de dezembro de 2012. Sendo que o valor bruto dos bens para fins de indenização (Valor Novo de Reposição - VNR) totalizou R\$ 2.741.278, conforme processo nº 48500.000805/2014-52.

Dentro deste contexto, foi emitida em 20 de abril de 2016 a Portaria Nº 120 MME, a qual estabeleceu que os valores homologados pela ANEEL a título dos ativos não depreciados em 31 de maio de 2000, passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das transmissoras, sendo o custo de capital destes adicionados às suas Receitas Anuais Permitidas – RAP.

Também determinou a Portaria, que o custo de capital destes ativos será reconhecido a partir do processo tarifário de 2017, passando pelo reajuste e revisão conforme as regras previstas nos contratos de concessão, e deverá incorporar a RAP a partir do referido processo, pelo prazo de oito anos.

Além disso, a Portaria Nº 120 MME determinou que o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até a revisão tarifária, deve ser atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio, real, do segmento de transmissão, definido pela ANEEL.

Em 10 de abril de 2017, foi proferida sentença judicial favorável à liminar conduzida pela ABRACE, ABIVIDRO e ABRAFE determinando que a ANEEL retirasse o custo de capital (ke) relativo ao período de 1º de janeiro de 2013 a 30 de junho de 2017 da parcela que compõe a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUSD, o que ocorreu por força dos normativos ANEEL Despacho 1.779/2017 e da Resolução Homologatória Nº 2.258/2018, com o apoio da Nota Técnica 183/2017, já com reflexo para o ciclo de RAP 2017/2018.

A Companhia entende que, por meio dos dispositivos regulatórios do setor elétrico, assim com as disposições do contrato de concessão, é indiscutível o direito de recebimento do custo de capital inserido nas parcelas de reintegração relativas ao período de janeiro de 2013 a junho de 2017 e, desta forma, os valores relativos ao custo de capital (ke) foram segregados em controle auxiliar do ativo financeiro, estando registrados pelo seu valor justo através de fluxo de caixa descontado pelo Wacc regulatório e sem qualquer atualização.

### 13.1. Movimento do Ativo Financeiro da Concessão

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	Contrato 055/2001 RBSE	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	1.695.505	1.695.505
(+) Receita Financeira.....	27.229	27.229
(-) Amortização do período.....	(70.692)	(70.692)
Saldo em 31 de Março de 2019	1.652.042	1.652.042
Em 31 de Março de 2019 - Circulante	282.770	282.770
Em 31 de Março de 2019 - Não Circulante	1.369.272	1.369.272

A Receita Anual Permitida – RAP prevista na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.408/2018 para os ativos do Contrato de Concessão de Transmissão nº 055/2001 abrangidos pela Portaria Nº 120 MME, a qual estabeleceu que os valores homologados pela ANEEL a título dos ativos não depreciados em 31 de maio de 2000 (RBSE), classificados como Ativo Financeiro, é de R\$ 290.083, sendo R\$ 142.828 referente ao componente econômico e R\$ 147.255 ao componente financeiro.

### 14. PAGAMENTOS ANTECIPADOS

## Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Pagamentos Antecipados.....	1.449	1.075	1.593	1.153
	1.449	1.075	1.593	1.153

O valor de R\$1.449 (R\$1.075 em 31 de dezembro de 2018), corresponde à apropriação das quotas de custeio PROINFA relativo às concessionárias do serviço público de transmissão que atendam consumidor livre e/ou autoprodutor com unidade de consumo conectada às instalações de Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

### 15. INVESTIMENTOS MANTIDOS PARA VENDA

Em 17 de setembro de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia o Plano de Desinvestimento em 06 ativos nos quais a Companhia possui participação minoritária em seu capital social, sendo eles: Companhia Energética Rio das Antas – CERAN, Chapecoense Geração S/A – CHAPECOENSE, Campos Novos Energia – ENERCAN, Fronteira Oeste Transmissora de Energia – FOTE, Transmissora Sul Litorânea de Energia – TSLE e Empresa de Transmissão Alto Uruguai – ETAU.

A Iniciativa de Venda desses Ativos faz parte da estratégia de potencializar o foco de realização nos investimentos atinentes aos Contratos de Concessão nativos da Companhia (Contrato de Concessão nº 055/2001, nº 025/2000 e nº 080/2002).

Neste ensejo, foram aprovados os preços mínimos de venda dos ativos e forma de alienação destas participações societárias, a qual será realizada por meio de Leilão, na B3 S.A – Brasil Bolsa, cujo edital foi originalmente publicado no 4º trimestre de 2018.

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 06 de dezembro de 2018, o processo de desinvestimento instruído no âmbito do Edital do Leilão de Alienação nº 000001/2018 está suspenso pelo prazo necessário à avaliação sobre a pertinência de eventuais ajustes pela Administração.

A Companhia levou em consideração o Pronunciamento Técnico – CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda, e entendeu que em 30 de setembro de 2018 a participação nas sociedades Companhia Energética Rio das Antas – CERAN, Chapecoense Geração S/A – CHAPECOENSE, Campos Novos Energia – ENERCAN, Fronteira Oeste Transmissora de Energia – FOTE, Transmissora Sul Litorânea de Energia – TSLE e Empresa de Transmissão Alto Uruguai – ETAU atenderam aos parâmetros dispostos para classificação em Mantidos para Venda.

Os Ativos Mantidos para Venda foram mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e seu valor justo diminuído das despesas de vendas.

Os ganhos ou perdas relativos às operações dos Ativos Mantidos para Venda estão demonstrados na nota explicativa 16.7 – Movimentação dos Investimentos. Não há ganhos ou perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes.

#### 15.1 Participações Societárias Mantidas para Venda

	31/03/2019		31/12/2018	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
FOTE.....	128.325	49,00%	54.870	49,00%
TSLE.....	379.681	49,00%	379.681	49,00%
Ceran.....	510.000	30,00%	510.000	30,00%
Chapecoense.....	714.509	9,00%	714.509	9,00%
Enercan.....	200.787	6,51%	200.787	6,51%
Etau.....	34.895	10,00%	34.895	10,00%

#### 15.2 Demonstrações Financeiras dos Investimentos Mantidos para Venda

## Notas Explicativas

	31/03/2019				
	Capital social	Patrimônio líquido publicado	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) publicado	Lucro (prejuízo) ajustado
FOTE.....	128.325	134.424	134.424	(3.095)	(3.095)
TSLE.....	379.861	430.666	430.666	648	648
Ceran.....	120.000	243.192	243.192	24.769	24.769
Etau.....	34.895	90.564	90.564	3.315	3.315
Chapecoense.....	714.509	1.055.896	1.055.896	66.294	66.294
Enercan.....	200.787	457.383	457.383	62.014	62.014

### 15.3 Movimentação dos Investimentos Mantidos para Venda

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO		
	Saldos em 31/12/2018	Equivalência Patrimonial	Saldos em 31/03/2019
FOTE.....	42.237	(5.490)	36.747
TSLE.....	194.817	11.556	206.373
Ceran.....	83.770	10.698	94.468
Chapecoense.....	87.486	7.729	95.215
Enercan.....	28.445	4.903	33.348
Etau.....	8.812	331	9.143
	<u>445.567</u>	<u>29.727</u>	<u>475.294</u>

## 16. INVESTIMENTOS

### 16.1. Composição

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Centrais Elétricas S.A - ELETROSUL.....	2.137	2.137	2.137	2.137
Piratini Energia S.A.....	10	10	10	10
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo.....	876	876	876	876
(-) Provisão Desvalorização Outros Investimentos.....	(354)	(354)	(354)	(354)
	<u>2.669</u>	<u>2.669</u>	<u>2.669</u>	<u>2.669</u>

### 16.2. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial da CEEE-GT estão classificados nos seguintes seguimentos de negócio:

Hídrico	Transmissão	Eólico
Jaguari	TESB TPAE	Ventos de Curupira Ventos de Povo Novo Ventos de Vera Cruz Palmares Ventos da Lagoa Ventos do Litoral Ventos do Sul Ventos dos Índios

Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

## Notas Explicativas

	31/03/2019		31/12/2018	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
<b>Controladas</b>				
TESB.....	342.190	92,63%	342.190	92,63%
Ventos de Curupira.....	55.929	99,99%	55.929	99,99%
Ventos de Povo Novo.....	24.639	99,99%	24.639	99,99%
Ventos de Vera Cruz.....	62.759	99,99%	62.759	99,99%
<b>Coligadas</b>				
TPAE.....	20.350	20,00%	20.350	20,00%
Jaguari.....	17.680	10,50%	17.680	10,50%
Palmares.....	114.116	10,00%	114.116	10,00%
Ventos da Lagoa.....	88.701	10,00%	88.701	10,00%
Ventos do Litoral.....	102.901	10,00%	102.901	10,00%
Ventos do Sul.....	140.964	10,00%	140.964	10,00%
Ventos dos Índios.....	63.641	10,00%	63.641	10,00%

### 16.3 Controladas

#### 16.3.1. Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A. e a Zhejiang United Engineering CO Ltda, constituíram uma sociedade limitada, sob a denominação Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. – TESB.

A Sociedade tem como objeto social a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestando mediante a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão das seguintes Linhas e Subestações pelo prazo de 30 anos.

Em 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu através da Resolução Autorizativa nº 4.495 de 21 de janeiro a transferência do Controle Acionário da TESB para CEEE-GT.

Em 2016 a Companhia integralizou capital na investida no montante de R\$ 176,7 milhões, mediante a emissão de 176.710.061 novas ações, mantendo sua participação no empreendimento em 90,40%.

Durante o exercício de 2018 houve nova integralização por parte da CEEE-GT no montante de R\$ 86,02 milhões, mediante a emissão de 86.020.000 novas ações, sendo acompanhada pela acionista Procable e havendo cedência de quotas por parte da acionista Zhejiang United Engineering CO Ltda, evento que culminou no aumento de participação na controlada, resultando em um controle de 92,63% das ações. Não houve ágio decorrente da operação.

A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é 92,63% do capital social subscrito, totalizando R\$ 316,9 milhões.

#### 16.3.2. Complexo Eólico Povo Novo

O complexo Eólico Povo Novo está localizado no município de Rio Grande – RS, sendo formado por 3 Centrais Geradoras Eólicas (CGE), totalizando a potência instalada de 55MW.

Em 05 de fevereiro de 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicou Despacho nº 276 habilitando as vencedoras do Leilão nº 09/2013 referente a empreendimentos de energia eólica. A CEEE GT participa de 3 consórcios vencedores relativo ao Complexo Eólico Povo Novo:

- Consórcio Curupira formado pela CGE Curupira Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Curupira cuja potência instalada é de 25MW;
- Consórcio Povo Novo formado pela CGE Povo Novo Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Povo Novo cuja potência instalada é de 7,5MW;
- Consórcio Fazenda Vera Cruz formado pela CGE Fazenda Vera Cruz Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Vera Cruz cuja potência instalada é de 22,5MW;

Em 26 de fevereiro de 2014 foram constituídas a Ventos de Povo Novo S.A, Ventos de Curupira S.A e Ventos de Vera Cruz S.A cujo capital social subscrito em cada empresa foi de R\$10 representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas.

## Notas Explicativas

No exercício de 2017 foram integralizados os adiantamentos para futuro aumento de capital, nos montantes de R\$ 14,1 milhões no Ventos de Povo Novo, R\$ 39,7 milhões no Ventos de Curupira e R\$ 38,5 milhões no Ventos de Vera Cruz. Já no exercício de 2018 ocorreu nova integralização nos montantes de 10,5 milhões em Ventos de Povo Novo, R\$ 16,1 milhões em Ventos de Curupira e R\$24,1 milhões em Ventos de Vera Cruz, mantendo a participação nos empreendimentos em 99,99%, não havendo ágio na operação.

Ademais, salienta-se que a Companhia divulgou em 13 de dezembro de 2017, Fato Relevante acerca da autorização para contratação de consultoria especializada, pela Diretoria Colegiada, para realizar a modelagem de eventual desinvestimento nas geradoras do Complexo Eólico Povo Novo.

### *16.3.3 Impairment*

Para o exercício de 2016 a companhia estimou o valor recuperável dos seus investimentos nas controladas TESB e Complexo Eólico Povo Novo, com base no valor em uso, sendo este mensurado com base no valor presente dos fluxos de caixas futuros estimados.

Os fluxos de caixa foram projetados com base no resultado operacional e projeções dos empreendimentos até o término das concessões.

A controlada TESB registrou em suas demonstrações um Impairment de R\$ 84,2 milhões em 2016 e R\$ 44 milhões em 2017. Já no exercício de 2018 ocorreu contabilização de R\$ 10,4 milhões como reversão da perda anteriormente reconhecida.

Já no empreendimento Complexo Eólico Povo Novo foi registrado R\$ 104,3 milhões com perda de valor recuperável no empreendimento em 2016, R\$ 9 milhões em 2017 e R\$ 1,65 milhões em 2018, sendo todo montante contabilizado na controladora CEEE-GT.

## **16.4. Coligadas**

### *16.4.1 Jaguari Energética S.A*

Refere-se à participação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT na Jaguari Energética S.A, para a construção da PCH Furnas do Segredo, localizada no rio Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo início das operações ocorreu em setembro de 2005.

Em 30 de agosto de 2004, a participação da Companhia reduziu de 30% para 14,19% de acordo com a Resolução de Diretoria nº 2.124, isto porque o Acordo de Quotistas estabelecia que o acionista Guascor financiaria o capital próprio da Companhia caso a sociedade obtivesse um financiamento mínimo de 80%, o qual não foi aprovado pelo BNDES, que financiou 55,2% do projeto.

Em novembro de 2006, conforme Resolução de Diretoria nº 486, a Companhia não manifestou interesse em acompanhar os aportes deliberados pelos demais acionistas da empresa, reduzindo a participação para 10,5%.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

### *16.4.2. Parques Eólicos Palmares S.A*

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Parques Eólicos Palmares S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$13.563 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$890.

A empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Palmares do Sul/RS: Parque Eólico Fazenda Rosário, Parque Eólico Fazenda Rosário 2 e Parque Eólico Fazenda Rosário 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Fazenda Rosário e o Parque Eólico Fazenda Rosário 3 entraram em operação em 30 de junho de 2011, e o Parque Eólico Fazenda Rosário 2 iniciou a fase de teste em 6 de setembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

### *16.4.3. Ventos da Lagoa Energia S.A*

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos da Lagoa Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com

## Notas Explicativas

consequente aporte de R\$10.531 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$687.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro 2 e Parque Eólico Sangradouro 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Sangradouro 2 entrou em operação em 14 de setembro de 2012 e o Parque Eólico Sangradouro 3 em 22 de maio de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

### 16.4.4. Ventos do Litoral Energia S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Litoral Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$11.516 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$507.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Osório 2 e Parque Eólico Osório 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Osório 2 entrou em fase de teste em 14 de novembro de 2012 e o Parque Eólico Osório 3 em 10 de novembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

### 16.4.5. Ventos do Sul Energia S.A

Em 15 de dezembro de 2014 a CEEE-GT assinou com a Enerfin Enervento Exterior S.L o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Sul S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$35.000 em 15 de dezembro de 2014. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$18.174.

A empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro, Parque Eólico Osório e Parque Eólico dos Índios com capacidade total de geração de 150MW.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) mensurado como o excesso de valor justo da contraprestação efetivamente transferida sobre o valor justo líquido dos ativos identificáveis e dos passivos da entidade, na aquisição, está disposto abaixo:

Contraprestação Efetivamente Transferida.....	35.000
<b>Valor justo líquido reconhecido de ativos identificáveis e de passivos da entidade</b>	<b>168.264</b>
Ativos Circulantes.....	80.879
Ativos não Circulantes.....	422.459
Passivos Circulantes.....	(98.623)
Passivos não Circulantes.....	(236.451)
<b>Valor justo líquido (Participação de 10%).....</b>	<b>(16.826)</b>
<b>Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)</b>	<b>18.174</b>

### 16.4.6. Ventos dos Índios Energia S.A

Em 30 de junho de 2015 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos dos Índios Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$7.243.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS, denominados Parque dos Índios 2 e Parque dos Índios 3, com capacidade total de geração de 52,9MW.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

## Notas Explicativas

### 16.5. Demonstrações Financeiras das Investidas

#### 16.5.1. Demonstrações Financeiras Controladas

Balanco Patrimonial	31/03/2019			
	TESB	Ventos do Curupira	Ventos de Povo Novo	Ventos de Vera Cruz
<b>Ativo</b>				
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	2.160	87	75	161
Outros Ativos Circulantes.....	3.153	356	84	31
Ativo Não Circulante.....	306.073	81.703	35.773	89.182
	<u>311.386</u>	<u>82.146</u>	<u>35.932</u>	<u>89.374</u>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>				
Outros Passivos Circulantes.....	4.078	2.913	1.018	2.554
Outros Passivos Não Circulantes.....	84.095	22.510	9.936	22.042
Patrimônio Líquido.....	223.213	56.723	24.978	64.778
	<u>311.386</u>	<u>82.146</u>	<u>35.932</u>	<u>89.374</u>

Demonstração do Resultado	31/03/2019			
	TESB	Ventos do Curupira	Ventos de Povo Novo	Ventos de Vera Cruz
Receita Operacional Líquida.....	8.138	30	10	27
Custo de Operação.....	(23.250)	-	-	-
Lucro Bruto.....	(15.112)	30	10	27
Despesas Operacionais.....	(227)	(226)	(73)	(77)
Resultado Financeiro.....	9	-	-	-
Lucro Antes dos Impostos.....	(15.330)	(196)	(63)	(50)
Impostos sobre o Lucro.....	(64)	-	-	-
Lucro líquido.....	<u>(15.394)</u>	<u>(196)</u>	<u>(63)</u>	<u>(50)</u>

#### 16.5.2. Demonstrações Financeiras Controladas e Coligadas

	31/03/2019			
	Capital social	Patrimônio líquido publicado	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) publicado
<b>Controladas</b>				
TESB.....	342.190	223.213	223.213	(15.394)
Ventos de Curupira.....	55.929	56.723	56.723	(196)
Ventos de Povo Novo.....	24.639	24.978	24.978	(63)
Ventos de Vera Cruz.....	62.759	64.778	64.778	(50)
<b>Coligadas</b>				
TPAE.....	20.350	15.390	15.390	432
Jaguari.....	17.680	23.557	23.557	1.086
Palmares.....	114.116	129.082	129.082	946
Ventos da Lagoa.....	88.701	110.824	110.824	214
Ventos do Litoral.....	102.901	109.400	109.400	(469)
Ventos do Sul.....	140.964	182.918	182.918	8.659
Ventos dos Índios.....	63.641	81.448	81.448	(1.076)

### 16.6. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Custo

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Centrais Elétricas S.A - ELETROSUL.....	2.137	2.137	2.137	2.137
Piratini Energia S.A.....	10	10	10	10
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo.....	876	876	876	876
(-) Provisão Desvalorização Outros Investimentos.....	(354)	(354)	(354)	(354)
	<u>2.669</u>	<u>2.669</u>	<u>2.669</u>	<u>2.669</u>

#### 16.6.1. Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL

Refere-se à participação equivalente a 49.519 ações no Capital Social da Centrais Elétricas S.A.- Eletrosul.

#### 16.6.2. Piratini Energia S/A

## Notas Explicativas

Refere-se à participação de 10% na Piratini Energia S.A, sendo esta proprietária da Usina Termelétrica Piratini, localizada no município de Piratini/RS, com capacidade para produzir 10 MW utilizando-se de resíduos de madeira provenientes das indústrias madeireiras da Região.

### 16.7. Movimentação dos investimentos

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO		
	Saldos em 31/12/2018	Equivalência Patrimonial	Saldos em 31/03/2019
<b>Controladas</b>			
TESB.....	213.268	(13.916)	199.352
Ventos de Curupira.....	3.670	(196)	3.474
Ventos de Povo Novo.....	5.389	(63)	5.326
Ventos de Vera Cruz.....	15.360	(50)	15.310
<b>Coligadas</b>			
TPAE.....	3.031	47	3.078
Jaguari.....	1.836	-	1.836
Palmares.....	12.815	94	12.909
Ventos da Lagoa.....	11.062	21	11.083
Ventos do Litoral.....	10.986	(47)	10.939
Ventos do Sul.....	17.562	865	18.427
Ventos dos Índios.....	8.272	(107)	8.165
Ágio Parques Eólicos.....	971	-	971
Ágio Ventos do Sul.....	18.174	-	18.174
	<u>322.396</u>	<u>(13.352)</u>	<u>309.044</u>

### 16.8. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Complexo Eólico Povo Novo.....	7.344	7.109	-	-
FOTE.....	16.910	12.500	16.910	12.500
TESB.....	60.459	58.459	-	-
	<u>84.713</u>	<u>78.068</u>	<u>16.910</u>	<u>12.500</u>

## 17. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA						
	31/12/2017	Movimento	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2019
<b>Custo</b>							
Barragens.....	766.633	(170.051)	596.582	-	-	-	596.582
Terrenos.....	16.154	-	16.154	-	-	-	16.154
Edificações.....	120.237	(4)	120.233	-	-	-	120.233
Máquinas e Equipamentos.....	589.712	(62.233)	527.479	-	(44)	111	527.546
Veículos.....	13.855	99	13.954	-	-	(37)	13.917
Móveis e Utensílios.....	4.210	(27)	4.183	-	(3)	-	4.180
	<u>1.510.801</u>	<u>(232.216)</u>	<u>1.278.585</u>	<u>-</u>	<u>(47)</u>	<u>74</u>	<u>1.278.612</u>
<b>Depreciação</b>							
Barragens.....	(677.703)	159.954	(517.749)	(2.522)	-	-	(520.271)
Edificações.....	(109.627)	(795)	(110.422)	(199)	-	-	(110.621)
Máquinas e Equipamentos.....	(477.473)	52.115	(425.358)	(2.633)	23	(38)	(428.006)
Veículos.....	(12.668)	(310)	(12.978)	(65)	-	38	(13.005)
Móveis e Utensílios.....	(3.542)	(53)	(3.595)	(19)	3	-	(3.611)
	<u>(1.281.013)</u>	<u>210.911</u>	<u>(1.070.102)</u>	<u>(5.438)</u>	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>(1.075.514)</u>
<b>Fora do Escopo (reflexo do IFRIC 12)</b>							
Fora do Escopo da Concessionária.....	313.530	(43)	313.487	-	(22)	-	313.465
Depreciação.....	(18.785)	(314)	(19.099)	(88)	20	-	(19.167)
	<u>294.745</u>	<u>(357)</u>	<u>294.388</u>	<u>(88)</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>294.298</u>
<b>Total do Imobilizado em Serviço</b>	<u>524.533</u>	<u>(21.662)</u>	<u>502.871</u>	<u>(5.526)</u>	<u>(23)</u>	<u>74</u>	<u>497.396</u>
<b>Total do Imobilizado em Curso</b>	<u>39.055</u>	<u>991</u>	<u>40.046</u>	<u>4.176</u>	<u>-</u>	<u>(74)</u>	<u>44.148</u>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<u>563.588</u>	<u>(20.671)</u>	<u>542.917</u>	<u>(1.350)</u>	<u>(23)</u>	<u>-</u>	<u>541.544</u>

## Notas Explicativas

	CONSOLIDADO						31/03/2019
	31/12/2017	Movimento	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	
<b>Custo</b>							
Barragens.....	766.633	(170.051)	596.582	-	-	-	596.582
Terrenos.....	24.848	-	24.848	-	-	-	24.848
Edificações.....	153.974	(4)	153.970	-	-	-	153.970
Máquinas e Equipamentos.....	544.321	(62.233)	482.088	-	(44)	111	482.155
Veículos.....	13.855	99	13.954	-	-	(37)	13.917
Móveis e Utensílios.....	4.329	(27)	4.302	-	(3)	-	4.299
	<u>1.507.960</u>	<u>(232.216)</u>	<u>1.275.744</u>	<u>-</u>	<u>(47)</u>	<u>74</u>	<u>1.275.771</u>
<b>Depreciação</b>							
Barragens.....	(676.767)	159.954	(516.813)	(2.522)	-	-	(519.335)
Edificações.....	(79.197)	(795)	(79.992)	(199)	-	-	(80.191)
Máquinas e Equipamentos.....	(522.597)	52.115	(470.482)	(2.633)	23	(38)	(473.130)
Veículos.....	(12.629)	(310)	(12.939)	(65)	-	38	(12.966)
Móveis e Utensílios.....	(3.547)	(53)	(3.600)	(19)	3	-	(3.616)
	<u>(1.294.737)</u>	<u>210.911</u>	<u>(1.083.826)</u>	<u>(5.438)</u>	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>(1.089.238)</u>
<b>Fora do Escopo (reflexo do IFRIC 12)</b>							
Fora do Escopo da Concessionária.....	313.537	(43)	313.494	-	(22)	-	313.472
Depreciação.....	(18.780)	(314)	(19.094)	(88)	20	-	(19.162)
	<u>294.757</u>	<u>(357)</u>	<u>294.400</u>	<u>(88)</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>294.310</u>
<b>Total do Imobilizado em Serviço</b>	<u>507.980</u>	<u>(21.662)</u>	<u>486.318</u>	<u>(5.526)</u>	<u>(23)</u>	<u>74</u>	<u>480.843</u>
<b>Total do Imobilizado em Curso</b>	<u>245.096</u>	<u>(53.934)</u>	<u>191.162</u>	<u>4.327</u>	<u>-</u>	<u>(74)</u>	<u>195.415</u>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<u>753.076</u>	<u>(75.596)</u>	<u>677.480</u>	<u>(1.199)</u>	<u>(23)</u>	<u>-</u>	<u>676.258</u>

O Ativo imobilizado da Companhia é composto por Usinas de Geração, bens administrativos, bens não vinculados à Concessão, veículos e móveis e utensílios, inclusive a serviço das concessões de transmissão, mas que não foram considerados no alcance da ICPC 01.

Os ativos administrativos e do apoio em geral são adquiridos prontos em sua maioria e entram em operação tão logo sejam recebidos pela empresa, de forma que seu registro contábil não contempla valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento.

Estes ativos da Companhia, que não contribuem diretamente na geração de caixa, estão registrados ao custo de aquisição, que no entendimento da Administração, é a melhor estimativa do seu valor justo.

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil regulatória dos bens, estabelecida pela ANEEL na Resolução ANEEL 674, de 11 de agosto de 2015. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

As taxas de depreciação utilizadas levam em consideração a vida útil econômica dos bens e estão em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL N° 367, de 02 de junho de 2009, e suas alterações posteriores impostas pela Resolução Normativa N° 474, de 07 de fevereiro de 2012.

- Custo Atribuído (*Deemed Cost*)

A partir do encerramento do exercício de 2010 a CEEE GT passou a adotar os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais – IFRS. Para os valores de suas usinas de geração a Companhia optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*), ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação.

Na adoção do custo atribuído foram considerados os valores justos de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador, bem como a vida útil econômica estimada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e aceita pelo mercado como adequada.

## 18. INTANGÍVEL

## Notas Explicativas

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Custo		
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	48.351	48.729
Aquisições.....	577	577
Saldo em 31 de março de 2019	48.928	49.306
Amortização e perdas por redução do valor recuperável		
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	(5.655)	(5.655)
Amortização do período.....	(2.239)	(2.239)
Saldo em 31 de março de 2019	(7.894)	(7.894)
Em 31 de Dezembro de 2018	42.696	43.074
Saldo em 31 de março de 2019	41.034	41.412

É composto pelos gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente por um período de 5 anos.

### 19. FORNECEDORES

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Encargos de Uso da Rede .....	5.930	5.925	5.930	5.925
Suprimento de Energia Elétrica.....	6.327	7.581	6.327	7.581
Energia Elétrica Comprada para Revenda .....	-	-	-	-
Risco Hidrológico - GSF.....	28.866	80.610	28.866	80.610
Materiais e Serviços .....	16.060	29.503	21.958	35.229
Retenção Contratual .....	13.578	13.578	13.578	13.578
	70.763	137.197	76.661	142.923

Em 2017, nos meses de abril e setembro, a Companhia teve decisões desfavoráveis em relação a sua liminar judicial a qual limitava em 5% o custo com GSF, fato que culminou na reversão dos seus efeitos históricos, a partir de deliberação do Conselho de Administração da CCEE, totalizando o montante de R\$ 187.314 contabilizados naquele exercício.

### 20. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Provisão para Férias, 13 <sup>º</sup> Salário, Gratificações e Encargos Sociais .....	26.216	30.514	26.222	30.526
Retenções sobre a Folha de Pagamento .....	2.820	4.958	2.820	4.958
Prêmio Assiduidade .....	285	289	285	289
	29.321	35.761	29.327	35.773

O valor de R\$2.820 (R\$4.958 em 31 de dezembro de 2018) refere-se à folha de pagamento, consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - AFCEEE, Sindicato dos Eletricistas do Rio Grande do Sul - SENERGISUL e a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE) e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

### 21. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os saldos compõem-se de:

## Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS .....	159	69	159	69
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS .....	4.046	4.517	5.866	6.337
Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social - COFINS .....	6.532	5.511	6.532	5.511
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS/PASEP .....	-	-	-	-
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS .....	1.024	1.633	1.024	1.633
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social .....	9.401	11.459	9.419	11.477
Parcelamento PERT - IRPJ e CSLL .....	-	-	665	665
Outros .....	8.194	4.250	8.353	4.287
	<u>29.357</u>	<u>27.439</u>	<u>32.019</u>	<u>29.979</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Parcelamento PERT - IRPJ e CSLL .....	-	-	6.366	6.528
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.366</u>	<u>6.528</u>

## 22. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES

Os saldos compõem-se de:

### 22.1. Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações – Controladora e Consolidado

C R E D O R	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							
	31/03/2019							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Circulante		Não circulante	Total
					Encargos	Principal		
<b>MOEDA NACIONAL</b>								
BNDES .....	TJLP	3,05%	2029	03	-	6.723	42.113	48.836
TOTAL MOEDA NACIONAL					-	6.723	42.113	48.836
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD .....	US\$	0,25% a 6,83% + 0,50%	2036	01	1.948	11.413	194.772	208.133
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID .....	US\$	Libor + 0,75%	2037	01	3.394	17.188	306.849	327.431
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					5.342	28.601	501.621	535.564
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					5.342	35.324	543.734	584.400

C R E D O R	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							
	31/12/2018							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Circulante		Não circulante	Total
					Encargos	Principal		
<b>MOEDA NACIONAL</b>								
BNDES .....	TJLP	3,05%	2029	03	-	6.720	43.687	50.407
TOTAL MOEDA NACIONAL					-	6.720	43.687	50.407
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD .....	US\$	0,25% a 6,83% + 0,50%	2036	01	3.570	11.738	199.547	214.855
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID .....	US\$	Libor + 0,75%	2037	01	5	16.951	305.125	322.081
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					3.575	28.689	504.672	536.936
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA					3.575	35.409	548.359	587.343
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					3.575	35.409	548.359	587.343

### 22.2. Variação de Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações

## Notas Explicativas

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		TOTAL
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
Saldos em 31 de Dezembro 2018.....	6.720	43.687	32.264	504.672	587.343
Ingressos.....	-	-	-	-	-
Encargos.....	881	-	5.713	-	6.594
Variação Monetária.....	-	-	585	2.238	2.823
Transferências.....	1.682	(1.682)	5.289	(5.289)	-
Taxa Administração.....	-	108	-	-	108
Amortizações de Principal.....	(1.679)	-	(5.662)	-	(7.341)
Amortizações de Encargos.....	(881)	-	(4.246)	-	(5.127)
Saldos em 31 de Março 2019.....	6.723	42.113	33.943	501.621	584.400

### 22.3. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 28 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 2813/OC-BR entre a CEEE-GT e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE-GT) no valor de US\$147.760. O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$ 88.656, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 18 de fevereiro de 2013, no valor de US\$2.567.

Em 21 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1043, entre a CEEE-GT e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$59.104, sendo que a liberação da primeira parcela de desembolso foi recebida em 27 de março de 2013, no valor de US\$20.024.

Os contratos de financiamentos com BID e AFD possuem garantia da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos dos contratos de garantia assinados em 28 de dezembro de 2012 e 21 de dezembro de 2012, assim respectivamente.

Durante o prazo de execução do projeto, os contratos preveem o monitoramento da margem EBITDA da Companhia. Na hipótese de margem EBITDA se mostrar inferior aos limites originalmente previstos a CEEE-GT deve apresentar um plano de ação às instituições financeiras, identificando as causas dos desvios, as medidas de gestão ou as medidas financeiras a serem adotadas e seu respectivo cronograma. A Companhia encaminhou o seu Plano de Ajuste Estrutural para os organismos internacionais (BID/AFD) os quais vêm monitorando o status da evolução das ações da Administração.

Ao longo de 2017 foi liberado o valor de US\$27.500 que corresponde à R\$87.305 referente ao BID e US\$8.500 que corresponde à R\$28.076 referente ao AFD. Em junho de 2018 ocorreu a liberação de R\$110.175 referente ao BID.

### 22.4. BNDES

Em 27 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 12.2.1391.1, entre a CEEE-GT e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT, por meio da ampliação e modernização de 25 subestações, linhas de transmissão e modernização dos Sistemas de Comunicação da CEEE-GT em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

O valor do financiamento concedido é de R\$236.340, sendo que o total liberado até 31 de Dezembro de 2016 foi de R\$69.037, no exercício de 2017 e até 30 de setembro de 2018, não houveram novas liberações.

O contrato de empréstimo com o BNDES tem como garantia a Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominados Notas do Tesouro Nacional – Série B. A cedente (CEEE-GT) cede fiduciariamente em favor do credor (BNDES), os títulos públicos federais, de sua propriedade, em valor equivalente a 130% do valor concedido por meio do saldo devedor Contrato de Financiamento.

### 22.5. Cronograma das Parcelas de Longo Prazo

As parcelas de Longo Prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

## Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
<b>PRINCIPAL</b>				
2019 .....	38.964	38.964	38.964	38.964
2020 .....	74.804	74.804	74.804	74.804
2021 .....	72.874	72.874	72.874	72.874
Após 2021 .....	357.092	361.717	357.092	361.717
	<u>543.734</u>	<u>548.359</u>	<u>543.734</u>	<u>548.359</u>

### 22.6. Composição do Saldo da Dívida por Indexador

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Indexador:

MOEDA / INDEXADOR	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Dólar US\$ .....	91,64%	91,42%	91,64%	91,42%
TJLP .....	8,36%	8,58%	8,36%	8,58%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

### 23. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia, através da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único, este último fechado para novas adesões. Mantém também a obrigação do pagamento de aposentadoria a ex-autárquicos e a obrigação de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada – CTP.

A Companhia registra seu passivo atuarial com base em laudos emitidos por atuários independentes, sendo que o passivo referente ao Plano CEEEPREV e Plano Único é composto pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano e considera o contrato de dívida SF Nº 1254/95 firmado junto a Fundação CEEE.

O contrato SF Nº 1254/95 refere-se a contribuições passadas inadimplidas, cuja renegociação foi efetuada em maio de 2013, estabelecendo uma carência até junho de 2018, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018, com término previsto para maio de 2031.

Os saldos registrados no passivo compõem-se de:

Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP.....	206	215	206	215
Contribuição Patrocinadora - Plano Único..... 37	31.774	34.814	31.774	34.814
Contrato 1254/95 - Plano Único ..... 37	3.179	3.012	3.179	3.012
Contribuição Patrocinadora - CEEEPREV..... 37	49.057	46.356	49.057	46.356
Contrato 1254/95 - CEEEPREV ..... 37	2.966	2.811	2.966	2.811
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA .....	49.743	50.147	49.743	50.147
	<u>136.925</u>	<u>137.355</u>	<u>136.925</u>	<u>137.355</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP.....	2.025	2.019	2.025	2.019
Provisão Plano Único .....	75.983	79.440	75.983	79.440
Contrato 1254/95 - Plano Único .....	32.063	32.569	32.063	32.569
Provisão Plano CEEEPREV .....	616.968	614.772	616.968	614.772
Contrato 1254/95 - CEEEPREV .....	34.366	34.909	34.366	34.909
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA .....	173.545	179.404	173.545	179.404
	<u>934.950</u>	<u>943.113</u>	<u>934.950</u>	<u>943.113</u>
Total	<u>1.071.875</u>	<u>1.080.468</u>	<u>1.071.875</u>	<u>1.080.468</u>

#### 23.1. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será

## Notas Explicativas

definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, a Companhia, provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

### 23.2. Planos de Benefícios CEEEPREV

O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

O benefício salgado é um benefício vitalício proporcionado a uma parcela de participantes do CEEEPREV que migraram do Plano Único. É o valor calculado no momento dessa migração, com base em Nota Técnica Atuarial e atualizado pelo Índice de Reajuste do Plano, tendo como finalidade preservar os direitos já acumulados dos ex-participantes do Plano Único, o qual tem características de plano de benefício definido.

Os benefícios do CEEEPREV são acessíveis a todos os empregados da categoria CLT da Companhia, onde esta efetua contribuições de forma conjunta com seus empregados. O Plano CEEEPREV é viabilizado também por uma contribuição suplementar de amortização de responsabilidade da patrocinadora do plano, na forma da lei, denominada Reserva a Amortizar.

Em 2014, houve a implantação das alterações regulamentares do plano CEEEPREV, aprovadas pela Portaria nº 213/2014. As alterações contemplaram a recomposição dos Benefícios Saldado e Referencial dos participantes que migraram do Plano Único, atribuindo a estes, o crescimento de 3% ao ano de novembro de 2002 até a data em que o empregado completar as carências para a aposentadoria normal (55 anos de idade e 10 anos de contribuição) ou até a data em que se desvinculou da patrocinadora, o que ocorrer primeiro.

### 23.3. Plano Único

O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Este plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

Por imposição da Constituição Brasileira, em conformidade com toda a legislação infraconstitucional de regência, e, com fundamento nas normas administrativas previdenciárias do Brasil, a Companhia, na condição de patrocinadora de Plano de Benefício Definido para seus funcionários – Plano Único decidiu reconhecer os eventuais déficits atuariais na forma paritária.

A Lei Complementar nº 108/2001 disciplina, nos termos de seu artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive no tocante às Sociedades de Economia Mista, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência complementar. Nessa esteira, o Parágrafo 1º, artigo 6º da referida Lei determina que “A contribuição normal do patrocinador para plano de benefício definido, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador”. Ainda é vedado ao patrocinador, pelo Parágrafo 3º, da mesma Lei Complementar, assumir encargos adicionais para financiamento dos planos de benefício, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável, e, na medida em que a Resolução do Conselho Gestor de Previdência Complementar – CGPC Nº 26/2008 determina em seu art. 29º que “O resultado deficitário apurado no plano de benefícios deverá ser equacionado por participantes, assistidos e patrocinadores, observada a proporção contributiva em relação às contribuições normais vigentes no período em que for apurado o resultado, estabelecendo-se os montantes de cobertura atribuíveis aos patrocinadores, de um lado, e aos participantes e assistidos, de outro, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano de benefícios administrado pela EFPC”, a Companhia, na qualidade de empresa de economia mista patrocinadora do Plano Único, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit eventualmente apurado.

Nessa esteira, considerando a natureza societária da Companhia (S/A Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores na condição de gestores públicos, o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária, em aderência as manifestações pretéritas exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

### 23.4. Provisão para Complementação Aposentadoria - Ex-Autárquicos - Lei Estadual nº 3.096/56 - EXA

Esta provisão, registrada conforme o cálculo atuarial refere-se ao compromisso da Companhia com empregados denominados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia por força da Lei Estadual nº 4.136/61.

## Notas Explicativas

Entre as vantagens adquiridas por esses servidores encontra-se o direito de reajuste dos proventos de aposentadoria na proporção de 70% do aumento que os servidores da ativa possuísem. Este percentual é denominado complementação. Adicionalmente, suplementa-se o que já fora revisado com mais 30% de modo a assegurar aos ex-autárquicos a integralidade dos proventos em relação ao que percebiam os ativos, por imposição da Lei Estadual Nº 3.096, de 31 de dezembro de 1956.

Assim, essa é uma obrigação não gerenciável pela Companhia, que se deriva da sua constituição originária, sendo um compromisso previdenciário pós-emprego de caráter vitalício e com benefícios definidos, sendo assumido pela Companhia o pagamento integral destes proventos.

No início do exercício de 2012, a Companhia obteve o direito de receber da União 1,2 bilhões pelo pagamento dessas obrigações, sendo que o recebimento desse direito comportou os exercícios de 1981 até fevereiro de 1993, nos termos do processo de liquidação judicial Nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2 (Vide nota explicativa nº 10).

No final do exercício de 2014, considerando a completude e o esgotamento de todos os elementos referentes à 1ª ação de cobrança, a Companhia interpôs contra União e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, uma nova ação (Processo Judicial Nº 0002230-10.2015.4.01.3400), de natureza declaratória, cumulada com pedido indenizatório, requerendo a indenização dos valores despendidos após o exercício de 1993 até os dias atuais, a serem quantificados em liquidação de sentença.

### 24. OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>				
Conta de Desenv. Energético - Quota da CDE .....	6.631	12.314	6.631	12.314
RGR - Conta de Fornecedor a Pagar .....	279	279	279	279
Recursos P&D .....	46.605	46.059	46.605	46.059
Recursos FNDCT .....	864	740	864	740
Recursos MME .....	432	370	432	370
	<u>54.811</u>	<u>59.762</u>	<u>54.811</u>	<u>59.762</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Recursos P&D .....	15.795	14.371	15.795	14.371
	<u>15.795</u>	<u>14.371</u>	<u>15.795</u>	<u>14.371</u>

#### 24.1. Programa Pesquisa e Desenvolvimento

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o P&D é um programa de investimento, estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para as concessionárias de energia elétrica, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resulta na capacitação e desenvolvimento tecnológico.

Ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento, a Companhia destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida. A aplicação dos recursos, registrada no ativo circulante, perfaz o montante de R\$9.555 referente ao P&D (vide nota explicativa nº 9.1).

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME.

### 25. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária que na avaliação da administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, atribuem riscos prováveis, possíveis e remotos. As contingências são atualizadas pelo TR (taxa referencial) mais 1% juros ao mês. Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

	CONTROLADORA							
	31/03/2019				31/12/2018			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Riscos Prováveis .....	150.745	79.454	5.096	235.295	139.615	77.121	5.067	221.803
Riscos Possíveis .....	40.511	87.483	69	128.063	42.755	3.882	66	46.703
	<u>191.256</u>	<u>166.937</u>	<u>5.165</u>	<u>363.358</u>	<u>182.370</u>	<u>81.003</u>	<u>5.133</u>	<u>268.506</u>

#### 25.1. Composição dos processos de riscos prováveis

## Notas Explicativas

A provisão e contas a pagar reconhecido sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

CONTROLADORA				
31/03/2019				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão.....	35.252	351	-	35.603
Passivo não circulante				
Saldo da provisão.....	115.493	79.103	5.096	199.692
Subtotal Riscos Prováveis	150.745	79.454	5.096	235.295
(-) Depósitos judiciais.....	(37.153)	(2.711)	(14)	(39.878)
Total não circulante	78.340	76.392	5.082	159.814
Total geral	113.592	76.743	5.082	195.417
CONSOLIDADO				
31/03/2019				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão.....	35.252	351	-	35.603
Passivo não circulante				
Saldo da provisão.....	118.214	79.103	5.096	202.413
Subtotal Riscos Prováveis	153.466	79.454	5.096	238.016
(-) Depósitos judiciais.....	(37.153)	(2.711)	(14)	(39.878)
Total não circulante	81.061	76.392	5.082	162.535
Total geral	116.313	76.743	5.082	198.138
CONTROLADORA				
31/12/2018				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão.....	36.708	440	-	37.148
Passivo não circulante				
Saldo da provisão.....	102.907	76.681	5.067	184.655
Subtotal Riscos Prováveis	139.615	77.121	5.067	221.803
(-) Depósitos judiciais.....	(34.766)	(57)	(14)	(34.837)
Total não circulante	68.141	76.624	5.053	149.818
Total geral	104.849	77.064	5.053	186.966
CONSOLIDADO				
31/12/2018				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão.....	36.708	440	-	37.148
Passivo não circulante				
Saldo da provisão.....	105.628	76.681	5.067	187.376
Subtotal Riscos Prováveis	142.336	77.121	5.067	224.524
(-) Depósitos judiciais.....	(34.766)	(57)	(14)	(34.837)
Total não circulante	70.862	76.624	5.053	152.539
Total geral	107.570	77.064	5.053	189.687

### 25.2. Movimentação da provisão para contingências

## Notas Explicativas

	CONTROLADORA			
	Movimentação da Provisão para Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
(=) Saldo Final Dezembro/2018	104.849	77.064	5.053	186.966
(+) Novos Ingressos .....	18.610	198	6	18.814
(-) Pagamentos .....	(3.600)	(365)	-	(3.965)
(-) Montantes Revertidos .....	(8.253)	(1.180)	(3)	(9.436)
(+) Atualização Monetária .....	4.373	3.680	26	8.079
(+/-) Montantes Depositados .....	(2.387)	(2.654)	-	(5.041)
(=) Saldo Final Março/2019	113.592	76.743	5.082	195.417

	CONSOLIDADO			
	Movimentação da Provisão para Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
(=) Saldo Final Dezembro/2018	107.570	77.064	5.053	189.687
(+) Novos Ingressos .....	18.610	198	6	18.814
(-) Pagamentos .....	(3.600)	(365)	-	(3.965)
(-) Montantes Revertidos .....	(8.253)	(1.180)	(3)	(9.436)
(+) Atualização Monetária .....	4.373	3.680	26	8.079
(+/-) Montantes Depositados .....	(2.387)	(2.654)	-	(5.041)
(=) Saldo Final Março/2019	116.313	76.743	5.082	198.138

### 25.3. Natureza das ações

#### 25.3.1. Trabalhistas

A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise criteriosa das chances de êxito da Companhia envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e os efeitos financeiros das contingências foram determinados com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a CEEE GT referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, correto enquadramento, prêmio assiduidade e outras.

#### 25.3.2. Cíveis

A Companhia está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável, pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a danos morais e materiais, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação e revisão de contratos.

#### 25.3.3 Tributárias

O saldo provisionado de R\$5.053 refere-se à eventual insuficiência no recolhimento de contribuições previdenciárias relacionadas ao Auto de Lançamento nº 35.067.180-0. A Companhia busca defesa na esfera administrativa, classificando o processo, através de opinião legal, como perda provável.

Com relação aos contenciosos cujo entendimento legal opina por expectativa de perda possível, as principais questões são:

##### 25.3.3.1. Contribuições Previdenciárias

Com relação à matéria previdenciária a CEEE-GT impugnou cobranças relativas à suposta insuficiência de recolhimento sobre os serviços contratados bem como a eventual inconsistência em obrigações acessórias que somam aproximados R\$879.

##### 25.3.3.2. Tributos Federais (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, IRRF)

No tocante aos tributos federais a Companhia possui cerca de R\$37.135 em compensações que estão na fase de discussão de sua homologação junto ao ente fazendário, principalmente referentes a pagamentos indevidos de PIS e COFINS, face ao extinto art. 3º, parágrafo 1º da Lei nº 9.718/98.

## 26. OUTROS PASSIVOS

Os saldos compõem-se de:

## Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>				
Comp. Financ para Utilização de Recursos Hídricos .....	103	99	103	99
Obrigações com Obras da Transmissão .....	12.140	12.140	12.140	12.140
Acordo Judicial Trabalhista.....	264	267	264	267
Conta Gráfica .....	3.255	-	3.255	-
Outros Credores .....	36.591	31.386	38.077	36.648
	<u>52.353</u>	<u>43.892</u>	<u>53.839</u>	<u>49.154</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Provisão Auto de Infração .....	4.910	4.903	4.910	4.903
Acordo Judicial Trabalhista.....	1.200	1.200	1.200	1.200
Comercialização de Energia na CCEE .....	48.303	47.281	48.303	47.281
Outros Credores .....	5.156	5.057	61.177	61.957
	<u>59.569</u>	<u>58.441</u>	<u>115.590</u>	<u>115.341</u>

### 26.1. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$48.303 (R\$47.281 em 31 de dezembro de 2018) refere-se à provisão de energia comprada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (órgão sucessor do Mercado Atacadista de Energia – MAE) no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. A Companhia ajuizou ações no intuito de suspender o andamento da liquidação das transações de energia elétrica prevista para novembro de 2002, remanescendo suspenso tais valores até a decisão final.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, por solicitação da Companhia, efetuou a mensuração dos valores devidos e, considerando a avaliação do órgão competente, a provisão foi ajustada aos valores calculados pela CCEE.

## 27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

### 27.1. Base de Cálculo dos Tributos Diferidos

Nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12), a Companhia estimou seus tributos diferidos cotejando as diferenças temporárias tributáveis com as diferenças temporárias dedutíveis e créditos fiscais não utilizados.

#### 27.1.1. Diferenças Temporárias Tributáveis

O valor das diferenças temporárias tributáveis compõe-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Reconhecimento do Custo Atribuído .....	42.587	46.163	42.587	46.163
Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para	3.961	161	3.961	161
Exclusão Temporária .....	40.623	39.425	40.623	39.425
Exclusão Temporária - MP 579/2012 (Renovação das	1.221.007	1.272.575	1.221.007	1.272.575
Base de Cálculo do Passivo Fiscal Diferido .....	1.308.178	1.358.324	1.308.178	1.358.324
IR e CS (Alíquota 34%) .....	444.780	461.830	444.780	461.830
IR e CS (Redutor 30% - RIR/99, Art.510) .....	(129.090)	(133.840)	(129.090)	(133.840)
Total do Passivo Fiscal Diferido .....	<u>315.690</u>	<u>327.990</u>	<u>315.690</u>	<u>327.990</u>

O valor dessas diferenças temporárias tributáveis constitui-se preponderantemente da importância relativa à indenização dos ativos da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE).

O montante desse passivo fiscal diferido, referente a Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre a indenização da RBSE foi calculado à alíquota de 34%, líquido da redução de 30%, a título de compensação dos prejuízos fiscais de IRPJ e da base negativa de CSLL, nos termos da legislação tributária. O valor reconhecido totaliza, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 327.990.

#### 27.1.2. Diferenças Temporárias Dedutíveis e Créditos Fiscais Não Utilizados

A Companhia, em consonância com o CPC 32 (IAS 12), contabiliza seu ativo fiscal diferido referente a Imposto de Renda e Contribuição Social calculado à alíquota de 34%. Esse ativo refere-se ao valor do tributo sobre o lucro, que será recuperado em período futuro, relacionado a diferenças temporárias entre a base de cálculo fiscal e a base de cálculo societária da CEEE-GT, assim como referente aos créditos de prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, originados de períodos anteriores. Conforme a legislação tributária vigente, o limite de compensação dos prejuízos fiscais de IRPJ e da base negativa de CSLL é de 30% do lucro real apurado em cada exercício, tendo natureza imprescritível.

## Notas Explicativas

O CPC 32 (IAS 12) descreve as condições para o reconhecimento do ativo fiscal diferido. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovam a realização desse crédito fiscal. A Concessionária revisa anualmente o estudo técnico de realização do crédito, sendo que o valor do ativo fiscal diferido reconhecido pela CEEE-GT não foi incrementado no exercício de 2018.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56) .....	223.418	226.307	223.418	226.307
Provisão para Contingências Trabalhistas .....	113.592	104.849	113.592	104.849
Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis .....	77.381	77.676	77.381	77.676
Total das Diferenças Temporárias .....	414.391	408.832	414.391	408.832
Alíquota IRPJ/CSLL .....	34%	34%	34%	34%
Total do Crédito Fiscal s/Diferenças Temporárias .....	140.893	139.003	140.893	139.003
Base Negativa da CSLL .....	181.903	228.080	181.903	228.080
CSLL Diferida (Alíquota 9%) .....	16.371	20.527	16.371	20.527
Prejuízos Fiscais do IRPJ .....	528.615	574.792	528.615	574.792
IRPJ Diferido (Alíquota 25%) .....	132.154	143.698	132.154	143.698
Total do Crédito Fiscal s/ PF do IRPJ e BN da CSLL .....	148.525	164.225	148.525	164.225
Crédito Fiscal não Reconhecido .....	(219.023)	(232.833)	(219.023)	(232.833)
Saldo Contábil .....	70.395	70.395	70.395	70.395
Saldo Contábil Diferenças Temporárias .....	42.061	42.061	42.061	42.061
Saldo Contábil Crédito Fiscal s/PF do IRPJ e BN da CSLL .....	28.334	28.334	28.334	28.334
Saldo Contábil Total .....	70.395	70.395	70.395	70.395

### 27.1.3. Tributos Diferidos Líquidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Débitos Tributários Diferidos .....	315.690	327.990	315.690	327.990
Créditos Tributários Diferidos .....	(70.395)	(70.395)	(70.395)	(70.395)
Saldo Contábil Líquido .....	245.295	257.595	245.295	257.595

### 27.2. Estimativa de Liquidação dos Tributos Diferidos

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 371/2002, a análise de realização do valor contábil do ativo diferido é elaborada anualmente pela Companhia, com base em estudo técnico que projeta a expectativa de resultados tributáveis em um período de 10 anos.

As estimativas de recuperação dos créditos fiscais foram suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício de 2018. Nesse sentido, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Portanto, não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimentos.

A Administração estimou a realização do passivo fiscal diferido nos exercícios futuros, cotejando com a estimativa de realização do ativo fiscal diferido.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Exercício de 2019 .....	34.796	49.413	34.796	-
Exercício de 2020 .....	42.263	44.530	42.263	32.950
Exercício de 2021 .....	41.022	43.289	41.022	29.553
Exercício de 2022 .....	48.299	50.566	48.299	27.687
Exercício de 2023 .....	31.034	32.687	31.034	47.483
A partir do Exercício de 2024 .....	47.881	37.110	47.881	66.104
	245.295	257.595	245.295	203.777

## 28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 28.1. Capital Social

O Capital Social é representado por 9.680.746 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 9.516.732 ações ordinárias e 164.014 ações preferenciais, sem direito a voto, permanecendo inalterado o valor do capital social da Companhia no montante de R\$915.632, com a seguinte composição:

## Notas Explicativas

	CONTROLADORA						CONTROLADORA	
	31/03/2019						31/12/2018	
	Ordinárias		Preferenciais		Total		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE-PAR .....	6.380.821	67,05	1.087	0,66	6.381.908	65,92	6.381.908	65,92
ELETROBRÁS .....	3.067.035	32,23	87.639	53,43	3.154.674	32,59	3.154.674	32,59
Ações Pulverizadas.....	33.528	0,35	20.622	12,57	54.150	0,56	54.150	0,56
Outros .....	35.348	0,37	54.666	33,33	90.014	0,93	90.014	0,93
	<u>9.516.732</u>	<u>100,00</u>	<u>164.014</u>	<u>100,00</u>	<u>9.680.746</u>	<u>100,00</u>	<u>9.680.746</u>	<u>100,00</u>

Ressalta-se que em 29 de abril de 2016, os acionistas aprovaram o grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, nos termos do Art.12 da Lei nº 6.404/76, determinando que a totalidade das ações representativas do capital social da Companhia passa a ter a proporção de 40 (quarenta) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie, tornando-se o capital com a representatividade das ações, demonstradas na tabela acima.

### 28.2. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA	
	31/03/2019	31/12/2018
Varição líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	3.961	161
Custo atribuído dos Ativos de Geração.....	28.901	30.468
Perda Atuarial.....	(701.395)	(701.395)
Adoção CPC 47 .....	177.130	181.312
	<u>(491.404)</u>	<u>(489.455)</u>

### 28.3. Reserva de Lucros

A reserva de lucros é composta da Reserva Legal, Reserva Estatutária, Reserva Especial de Lucros a Realizar e da Reserva de Dividendos não Distribuídos.

#### 28.3.1. Reserva Legal

Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. Em 2018 a Companhia destinou R\$ 31.176 para Reserva Legal.

#### 28.3.2. Reserva Especial de Lucros a Realizar

A Companhia considerou que os valores de RBSE que causaram impacto no resultado, seguem a aplicação do ICPC01 (R1) e não compõem a parcela realizada do lucro líquido do exercício, destinando o resultado desta operação para reserva de lucros a realizar. A designação desta reserva acontece para demonstrar que a realização deste lucro só ocorrerá em exercícios futuros, e quando realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo para aumento de capital, distribuição de dividendo ou constituição de outras reservas de lucros, conforme proposta da administração. A reserva de lucros a realizar totalizava o montante de R\$ 194.505, que em dezembro de 2018 passou a fazer parte dos Dividendos não distribuídos.

#### 28.3.3. Dividendos Não Distribuídos

Em 31 de dezembro de 2017 a Concessionária constitui o montante de R\$604.136 registrados a título de Reserva Especial de Dividendos Remanescentes à Disposição da AGO e em 2018 R\$237.440, totalizando um saldo de R\$ 841.576.

Estes dividendos serão pagos conforme disponibilidade de caixa, de acordo com a Lei 6.404, artigo 202, §4º.

## Notas Explicativas

### 28.3.4. Reserva Estatutária

O estatuto da Companhia determina a destinação de 10% do lucro líquido com a finalidade de expansão das instalações, tendo por limite 10% do Capital Social. Em 2018 a Companhia destinou o montante de R\$ 62.354 para esta reserva.

### 28.4 Reserva de Incentivos Fiscais

A Administração da Companhia constituiu a Reserva de Incentivos Fiscais em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6404/76, no valor de R\$1.153.687 correspondente à Conta de Resultados a Compensar - CRC contabilizada no resultado do exercício de 2009 e atualizada nos exercícios de 2010 em R\$10.728 e R\$44.889 em 01 de janeiro de 2012 perfazendo total de R\$1.209.304. No exercício de 2017 foram capitalizados R\$ 200.00 da Reserva de Incentivos Fiscais, restando um saldo de R\$ 1.009.304.

## 29. LUCRO POR AÇÃO

O numerador utilizado para cálculo do lucro básico e diluído foi o lucro líquido após os tributos.

Os saldos compõem-se de:

### 29.1. Básico

	31/03/2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro Líquido do Período.....	93.148	1.605	94.753
Denominador Básico			
Média das Ações .....	9.516.732	164.014	9.680.746
Prejuízo Básico e Diluído por Ação - R\$	9,79	9,79	9,79
	31/03/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro Líquido do Período.....	53.275	918	54.193
Denominador Básico			
Média das Ações .....	9.516.732	164.014	9.680.746
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação - R\$	5,60	5,60	5,60

### 29.2. Diluído

	31/03/2019	31/03/2018
Lucro/(Prejuízo) para as ações ordinárias.....	93.148	53.275
Lucro/(Prejuízo) para as ações preferenciais.....	1.605	918
	94.753	54.193
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias .....	9.516.732	9.516.732
Ações Preferenciais .....	164.014	164.014
	9.680.746	9.680.746
Lucro/(Prejuízo) Diluído por Ação - R\$	9,79	5,60

## 30. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Os saldos compõem-se de:

## Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
<b>Receita Bruta</b>				
Suprimento de Energia Elétrica .....	84.361	72.610	84.428	72.768
Disponibilização do Sistema de Transmissão .....	116.411	136.536	116.411	136.689
Remuneração do Ativo Financeiro.....	52.714	30.228	57.030	32.871
Energia Elétrica de Curto Prazo .....	49.986	19.296	49.986	19.296
Receita de Construção .....	23.998	24.863	27.921	27.298
	<u>327.470</u>	<u>283.533</u>	<u>335.776</u>	<u>288.922</u>
<b>Deduções da Receita</b>				
PIS/COFINS .....	(30.356)	(26.678)	(30.457)	(26.722)
Quota RGR .....	(837)	(772)	(837)	(772)
Outros Encargos .....	(1.802)	(3.597)	(1.802)	(3.597)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT .....	(3.005)	(2.544)	(3.005)	(2.544)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE .....	(5.266)	(10.922)	(5.266)	(10.922)
Compensação Financeira Pela Util Rec Hidr -CFURH .....	(7.310)	(5.847)	(7.310)	(5.847)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica - TFSE.....	(711)	(800)	(711)	(800)
	<u>(49.287)</u>	<u>(51.160)</u>	<u>(49.388)</u>	<u>(51.204)</u>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<u>278.183</u>	<u>232.373</u>	<u>286.388</u>	<u>237.718</u>

### 30.1. Suprimento de Energia Elétrica

O valor de R\$84.361 (R\$72.610 em 31 de março de 2018) refere-se às receitas provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEARs, Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEALs e pela disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas.

### 30.2. Disponibilização do Sistema de Transmissão

O valor de R\$116.411 (R\$136.536 em 31 de março de 2018) refere-se às receitas derivadas da disponibilização do sistema de Conexão e do Sistema de Transmissão a terceiros.

### 30.3. Remuneração do Ativo Financeiro

O valor de R\$52.714 (R\$30.228 em 31 de março de 2018) é composto pela atualização do ativo financeiro relativa aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente – RBSE e também à remuneração dos demais ativos.

## 31. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Energia Elétrica de Curto Prazo .....	(49)	(28)	(49)	(28)
Custo com Energia Elétrica - Comprada de Terceiros .....	(8.893)	(59.574)	(8.893)	(59.574)
Encargo de Uso do Sistema .....	(13.277)	(13.369)	(13.277)	(13.369)
	<u>(22.219)</u>	<u>(72.971)</u>	<u>(22.219)</u>	<u>(72.971)</u>

### 31.1. Energia Elétrica de Curto Prazo

O custo da energia de curto prazo totalizou R\$49 (R\$28 em 31 de março de 2018) refere-se ao custo da energia de curto prazo, comercializada no âmbito da CCEE.

### 31.2. Energia Elétrica Comprada de Terceiros

## Notas Explicativas

Do montante de R\$8.893 (R\$59.574 em 31 de março de 2018), R\$ 41,7 milhões refere-se à compra de Energia de ENERCAN, por determinação do acordo entre acionistas, R\$ 52 milhões às recontabilizações oriundas da CCEE e o restante aos contratos de compra de energia realizados com deságio no PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), com intuito de amortizar os saldos a pagar de GSF.

### 31.3. Encargo de Uso do Sistema

O valor de R\$13.277 (R\$13.369 em 31 de março de 2018) refere-se a encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição de energia.

## 32. CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

### 32. 1. Controladora

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos .....	38.893	37.153	-	-	6.931	7.187	-	-	45.825	44.340
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012 .....	18.504	7.138	-	-	8.407	3.451	-	-	26.912	10.589
INSS - Empregador .....	6.897	6.640	-	-	1.348	1.121	-	-	8.245	7.761
Administradores .....	68	90	-	-	111	194	-	-	179	284
Subtotal Pessoal / Administradores	64.362	51.021	-	-	16.797	11.953	-	-	81.159	62.974
Empréstimo Fundação ELETROCEEE .....	1.935	1.708	-	-	-	-	-	-	1.935	1.708
Total Pessoal e Administradores	66.297	52.729	-	-	16.797	11.953	-	-	83.095	64.682
Material .....	752	563	-	-	93	83	-	-	844	646
Serviço de Terceiros .....	9.413	5.574	-	-	2.179	1.900	-	-	11.592	7.474
Depreciação e Amortização .....	5.109	5.177	-	-	2.442	527	-	-	7.552	5.704
Custo de Construção .....	23.998	24.863	-	-	-	-	-	-	23.998	24.863
Arrendamento e Aluguéis .....	1.564	1.358	-	-	48	38	-	-	1.611	1.396
Seguros .....	3	-	-	-	-	-	-	-	3	-
Tributos .....	597	1.110	-	-	2.506	112	-	-	3.102	1.222
Provisão para Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa .....	-	-	1.762	(2.263)	-	-	-	-	1.762	(2.263)
Provisão para Contingência Trabalhista .....	-	-	-	-	-	-	14.766	9.038	14.766	9.038
Provisão para Contingência Cível .....	-	-	-	-	-	-	3.123	4.803	3.123	4.803
Provisão para Contingência Fiscal .....	-	-	-	-	-	-	31	17	31	17
Provisão para Redução ao Valor Recuperável .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Provisões .....	-	-	-	-	-	-	8	(311)	8	(311)
Baixas e Custas Depósitos Judiciais .....	-	-	-	-	-	-	698	(758)	698	(758)
Outros .....	10	6	-	-	127	131	397	362	534	499
TOTAL	107.743	91.380	1.762	(2.263)	24.192	14.744	19.023	13.151	152.720	117.012

### 32. 2. Consolidado

Os saldos compõem-se de:

## Notas Explicativas

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos .....	38.893	37.153	-	-	7.157	7.327	-	-	46.050	44.480
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	18.504	7.138	-	-	8.407	3.451	-	-	26.911	10.589
INSS - Empregador .....	6.897	6.640	-	-	1.348	1.121	-	-	8.244	7.761
Administradores .....	68	90	-	-	111	194	-	-	178	284
Subtotal Pessoal / Administradores	64.363	51.021	-	-	17.022	12.093	-	-	81.385	63.114
Empréstimo Fundação ELETROCEEE .....	1.935	1.708	-	-	-	-	-	-	1.935	1.708
Total Pessoal e Administradores	66.297	52.729	-	-	17.022	12.093	-	-	83.319	64.822
Material .....	752	563	-	-	93	83	-	-	845	646
Serviço de Terceiros .....	10.103	5.574	-	-	2.234	1.900	-	-	12.337	7.474
Depreciação e Amortização .....	5.109	5.177	-	-	2.442	527	-	-	7.551	5.704
Custo de Construção .....	36.373	27.298	-	-	-	-	-	-	36.373	27.298
Arrendamento e Aluguéis .....	1.564	1.358	-	-	48	38	-	-	1.611	1.396
Seguros .....	3	-	-	-	5	7	-	-	8	7
Tributos .....	597	1.110	-	-	2.506	112	-	-	3.104	1.222
Provisão para Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa .....	-	-	1.762	(2.263)	-	-	-	-	1.762	(2.263)
Provisão para Contingência Trabalhista .....	-	-	-	-	-	-	14.766	9.038	14.766	9.038
Provisão para Contingência Cível .....	-	-	-	-	-	-	3.123	4.803	3.123	4.803
Provisão para Contingência Fiscal .....	-	-	-	-	-	-	31	17	31	17
Provisão para Redução ao Valor Recuperável .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Provisões .....	-	-	-	-	-	-	8	(311)	8	(311)
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	698	(758)	698	(758)
Outros .....	10.198	10	-	-	336	294	506	455	11.041	759
<b>TOTAL</b>	<b>130.995</b>	<b>93.819</b>	<b>1.762</b>	<b>(2.263)</b>	<b>24.685</b>	<b>15.054</b>	<b>19.132</b>	<b>13.244</b>	<b>176.578</b>	<b>119.854</b>

### 33. OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/03/2018	31/12/2019	31/03/2018
<b>OUTRAS RECEITAS</b>				
Ganho nas Alienações .....	1.274	11	1.274	11
Receita de Prestação de Serviços .....	3.383	2.587	3.383	2.587
Outras .....	(50)	247	(49)	247
	<b>4.608</b>	<b>2.845</b>	<b>4.609</b>	<b>2.845</b>
<b>OUTRAS DESPESAS</b>				
Perdas na Alienação e Desat. de Bens e Direitos .....	(1.070)	(908)	(1.070)	(908)
Outras .....	(208)	(179)	(208)	(179)
	<b>(1.278)</b>	<b>(1.087)</b>	<b>(1.278)</b>	<b>(1.087)</b>

### 34. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

Os saldos compõem-se de:

## Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/03/2018	31/12/2019	31/03/2018
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>				
Renda de Aplicações Financeiras.....	2.885	5.958	2.885	5.992
Receitas Financeiras com Parcelamentos .....	2.028	-	2.028	-
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos.....	30.494	6.810	30.494	6.810
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais.....	755	1.616	755	1.616
Atualização das Notas do Tesouro Nacional - NTN-B .....	5.030	3.063	5.030	3.063
Outras Receitas Financeiras .....	4.896	2.301	4.928	2.301
<b>Total Receita Financeira</b>	<b>46.088</b>	<b>19.748</b>	<b>46.120</b>	<b>19.782</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>				
Encargos de Dívidas .....	(1.452)	(3.900)	(1.452)	(3.900)
Despesas Financeiras com P&D .....	(768)	-	(768)	-
Despesa Financeira com Tributos.....	(336)	(656)	(336)	(656)
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos.....	(40.552)	(8.531)	(40.552)	(8.531)
Atualização Monetária dos Autos de Infração e Notif.....	(1)	-	(1)	-
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais .....	(2.509)	-	(2.509)	-
Despesa Financeira Recontabilização CCEE.....	(1.689)	(12.057)	(1.689)	(12.057)
Outras Despesas Financeiras .....	(1.377)	(1.116)	(1.400)	(1.169)
<b>Total Despesa Financeira</b>	<b>(48.684)</b>	<b>(26.260)</b>	<b>(48.707)</b>	<b>(26.313)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO</b>	<b>(2.596)</b>	<b>(6.512)</b>	<b>(2.587)</b>	<b>(6.531)</b>

### 35. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da despesa com Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social – CSLL divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de março de 2018 e 31 de março de 2017:

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	31/03/2019		31/03/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Líquido/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL .....	103.979	103.979	61.552	61.552
IRPJ (15%) e CSLL (9%) .....	10.918	6.551	6.463	3.878
IRPJ - Adicional de 10% .....	7.272	-	4.303	-
Imposto de renda e contribuição antes das Adições e Exclusões .....	18.190	6.551	10.766	3.878
Ajustes Decorrentes da Lei nº 12.973/2014 .....	7.189	2.588	7.056	2.540
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício ...	1.528	550	(5.648)	(2.033)
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes.....	23	8	18	6
IRPJ e CS sobre Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações ....	26.930	9.697	12.192	4.391
Incentivo PAT = 4%.....	(646)	-	(293)	-
Salário Maternidade - Prorrogação.....	(38)	-	-	-
<b>Total IRPJ e CSLL Corrente</b>	<b>26.246</b>	<b>9.697</b>	<b>11.899</b>	<b>4.391</b>
Total IRPJ e CSLL Diferido - Diferenças Temporárias .....	(7.606)	(2.738)	(6.566)	(2.364)
Total IRPJ e CSLL Diferido - Ajustes IFRS .....	2	-	-	-
IR CS Diferidos .....	(7.604)	(2.738)	(6.566)	(2.364)
<b>Total IRPJ e CSLL</b>	<b>18.642</b>	<b>6.959</b>	<b>5.333</b>	<b>2.027</b>

As controladas Transmissora de Energia Sul Brasil - TESB e Complexo Eólico Povo Novo apuram os referidos tributos através da metodologia de apuração do Lucro Presumido, totalizando a controlada TESB em 31 de março de 2019 a despesa de R\$64, referente ao Imposto de Renda e à Contribuição Social.

### 36. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

## Notas Explicativas

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 22 apresentamos as Informações das Unidades de Negócio: Geração e Transmissão. A coluna eliminações refere-se a operações entre os segmentos Geração e Transmissão.

### 36.1. Balanço Patrimonial

#### 36.1.1. Ativo

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	30/03/2019	31/12/2018	30/03/2019	31/12/2018	30/03/2019	31/12/2018	30/03/2019	31/12/2018
<b>ATIVO</b>	<b>1.710.804</b>	<b>1.664.181</b>	<b>3.950.454</b>	<b>3.604.973</b>	<b>(637.291)</b>	<b>(266.533)</b>	<b>5.023.967</b>	<b>5.002.621</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>487.547</b>	<b>440.346</b>	<b>1.604.366</b>	<b>1.229.811</b>	<b>(637.291)</b>	<b>(266.533)</b>	<b>1.454.622</b>	<b>1.403.624</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa .....	218.956	181.773	(344)	423	-	-	218.612	182.196
Investimentos em Títulos do Governo.....	25.229	25.088	78.018	77.646	-	-	103.247	102.734
Concessionárias e Permissionárias.....	17.503	19.833	82.980	81.500	-	-	100.483	101.333
Tributos a Recuperar.....	470	14.347	1.191	7.770	-	-	1.661	22.117
Estoques.....	15.108	14.483	9.933	13.026	-	-	25.041	27.509
Ativo Financeiro da Concessão.....	6.106	6.106	110.784	110.784	-	-	116.890	116.890
RBSE.....	-	-	282.770	282.770	-	-	282.770	282.770
Pagamentos Antecipados.....	-	443	1.449	632	-	-	1.449	1.075
Investimentos Mantidos para Venda.....	134.050	110.721	341.244	334.846	-	-	475.294	445.567
Outros Créditos a Receber.....	70.125	67.552	696.341	320.415	(637.291)	(266.533)	129.175	121.434
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.223.257</b>	<b>1.223.835</b>	<b>2.346.088</b>	<b>2.375.162</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.569.345</b>	<b>3.598.997</b>
Tributos a Recuperar .....	6	6	-	-	-	-	6	6
Aplicações Financeiras.....	9	9	-	-	-	-	9	9
Depósitos Judiciais .....	20.239	18.898	28.683	26.824	-	-	48.922	45.722
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.....	7.272	7.037	77.441	71.031	-	-	84.713	78.068
Ativo Financeiro da Concessão.....	132.735	130.331	660.469	642.093	-	-	793.204	772.424
RBSE.....	-	-	1.369.272	1.412.735	-	-	1.369.272	1.412.735
Bens e Direitos Dest. a Alienação e Bens de Renda....	1.708	1.709	395	395	-	-	2.103	2.104
Outros Créditos a Receber.....	371.378	371.615	5.637	5.636	-	-	377.015	377.251
Investimentos.....	185.308	184.983	126.215	140.082	-	-	311.523	325.065
Imobilizado.....	465.064	468.004	76.480	74.913	-	-	541.544	542.917
Intangível.....	39.538	41.243	1.496	1.453	-	-	41.034	42.696

#### 36.1.2. Passivo

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	30/03/2019	31/12/2018	30/03/2019	31/12/2018	30/03/2019	31/12/2018	30/03/2019	31/12/2018
<b>PASSIVO</b>	<b>1.710.804</b>	<b>1.664.181</b>	<b>3.950.454</b>	<b>3.604.973</b>	<b>(637.291)</b>	<b>(266.533)</b>	<b>5.023.967</b>	<b>5.002.621</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>831.205</b>	<b>486.659</b>	<b>396.616</b>	<b>438.218</b>	<b>(637.291)</b>	<b>(266.533)</b>	<b>590.530</b>	<b>658.344</b>
Fornecedores.....	50.223	109.915	20.540	27.282	-	-	70.763	137.197
Obrigações Trabalhistas.....	(5.657)	(1.867)	34.978	37.628	-	-	29.321	35.761
Obrigações Fiscais.....	12.603	928	16.754	26.511	-	-	29.357	27.439
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	11.113	10.752	29.552	28.232	-	-	40.665	38.984
Provisão para Benefícios a Empregados.....	65.023	62.379	71.902	74.976	-	-	136.925	137.355
Obrigações da Concessão.....	18.906	18.574	35.905	41.188	-	-	54.811	59.762
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	8.326	8.938	27.277	28.210	-	-	35.603	37.148
Outros Passivos.....	654.004	277.040	35.640	33.385	(637.291)	(266.533)	52.353	43.892
Dividendos Obrigatórios.....	16.664	-	124.068	140.806	-	-	140.732	140.806
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>797.075</b>	<b>804.535</b>	<b>1.162.493</b>	<b>1.167.162</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.959.568</b>	<b>1.971.697</b>
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	127.343	132.132	416.391	416.227	-	-	543.734	548.359
Provisão para Benefícios a Empregados.....	499.584	503.894	435.366	439.219	-	-	934.950	943.113
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	102.526	102.866	57.288	46.952	-	-	159.814	149.818
Obrigações da Concessão.....	6.620	6.060	9.175	8.311	-	-	15.795	14.371
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.....	4.480	4.154	241.224	253.441	-	-	245.704	257.595
Outros Passivos.....	56.521	55.429	3.048	3.012	-	-	59.569	58.441
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>82.524</b>	<b>372.987</b>	<b>2.391.345</b>	<b>1.999.593</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.473.869</b>	<b>2.372.580</b>
Capital Social .....	97.790	97.790	817.843	817.843	-	-	915.633	915.633
Outros Resultados Abrangentes .....	(192.922)	(193.964)	(298.483)	(293.499)	-	-	(491.405)	(487.463)
Reserva Legal .....	4.557	7.575	26.619	23.601	-	-	31.176	31.176
Reserva Estatutária.....	9.112	15.153	53.241	47.201	-	-	62.353	62.354
Reserva Especial - Dividendo Não Distribuído.....	49.434	139.273	792.142	702.303	-	-	841.576	841.576
Reserva de Incentivos Fiscais .....	307.160	307.160	702.144	702.144	-	-	1.009.304	1.009.304
Lucros (Prejuízos) Acumulados .....	(192.607)	-	297.839	-	-	-	105.232	-

## Notas Explicativas

### 36.2. Demonstração do Resultado do Exercício

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	126.321	84.372	151.861	148.003	-	-	278.183	232.373
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(56.261)	(99.877)	(73.701)	(64.475)	-	-	(129.962)	(164.352)
Custo com Energia Elétrica	(22.219)	(72.971)	-	-	-	-	(22.219)	(72.971)
Custo de Operação	(34.042)	(26.905)	(73.701)	(64.475)	-	-	(107.743)	(91.381)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	70.061	(15.505)	78.160	83.528	-	-	148.221	68.021
Despesas Operacionais	(15.808)	(8.114)	(29.167)	(17.518)	-	-	(44.975)	(25.631)
Despesas com Vendas .....	20	(492)	(1.782)	2.755	-	-	(1.762)	2.263
Despesas Gerais e Administrativas .....	(12.095)	(4.062)	(12.095)	(10.682)	-	-	(24.190)	(14.743)
Outras Despesas Operacionais.....	(3.733)	(3.560)	(15.290)	(9.591)	-	-	(19.023)	(13.151)
Outras Receitas.....	2.546	1.702	2.062	1.143	-	-	4.608	2.845
Outras Despesas.....	(1.159)	(737)	(119)	(350)	-	-	(1.278)	(1.088)
RESULTADO DO SERVIÇO	55.638	(22.653)	50.937	66.800	-	-	106.575	44.148
Resultado de Participações Societárias	23.848	15.353	(7.472)	8.564	-	-	16.376	23.917
Receita(Despesa) Financeira	2.385	(6.596)	(4.981)	83	-	-	(2.596)	(6.511)
RESULTADO ANTES DO IR E CS	81.871	(13.895)	38.484	75.447	-	-	120.355	61.554
Imposto de Renda Corrente .....	(10.922)	-	(15.325)	(11.899)	-	-	(26.247)	(11.899)
Imposto de Renda Diferido.....	(1)	(147)	7.605	6.713	-	-	7.604	6.565
Contribuição Social Corrente .....	(4.036)	-	(5.661)	(4.391)	-	-	(9.697)	(4.391)
Contribuição Social Diferido.....	(0)	(53)	2.738	2.418	-	-	2.738	2.364
PREJUÍZO DO PERÍODO	66.912	(14.095)	27.841	68.288	-	-	94.753	54.193
Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$.....	0,17	0,16	0,08	0,12	-	-	0,26	0,28
Lucro Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$.....	0,17	0,16	0,08	0,12	-	-	0,26	0,28

### 37. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	CONTROLADORA					Total
		31/03/2019	31/03/2019	31/03/2019	31/03/2019	31/03/2019	
		Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-D	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Outras Investidas	
<b>Ativo</b>							
Caixa e equivalente de caixa .....	5	215.206	-	-	-	-	215.206
Concessionárias e Permissionárias .....	6	-	9.840	-	-	-	9.840
Cedência de funcionários .....	9	466	59	-	-	-	525
Mútuo CEEE-D.....	9	-	373.149	-	-	-	373.149
		215.672	383.048	-	-	-	598.720
<b>Passivo</b>							
Contribuição Patrocinadora .....	23	-	-	-	80.830	-	80.830
Conta Gráfica .....	24	-	3.255	-	-	-	3.255
Empréstimo circulante .....	23	-	-	-	6.145	-	6.145
Empréstimo não circulante .....	23	-	-	-	66.430	-	66.430
		-	3.255	-	153.405	-	156.660
<b>Resultado</b>							
Renda da Prestação de Serviços .....		-	-	-	-	211	211
Suprimento de Energia Elétrica .....		-	776	-	-	-	776
Disponibilização do Sistema de Transmissão .....		-	10.423	-	-	-	10.423
Despesa operacional – Pessoal .....		-	-	-	2.348	-	2.348
Receita financeira .....		1.785	5.612	-	-	-	7.397
		1.785	16.811	-	2.348	211	21.155

## Notas Explicativas

		31/12/2018					
Nota Explicativa	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-D	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Outras Investidas	Total	
<b>Ativo</b>							
Caixa e equivalente de caixa .....	5	181.036	-	-	-	181.036	
Concessionárias e Permissionárias .....	6	-	2.160	-	-	2.160	
Cedência de funcionários .....	9	450	59	-	-	509	
Conta Gráfica .....	9	-	2.437	-	-	2.437	
Mútuo CEEE-D .....	9	-	373.240	-	-	373.240	
		181.486	377.896	-	-	559.382	
<b>Passivo</b>							
Contribuição Patrocinadora .....	23	-	-	81.170	-	81.170	
Empréstimo circulante .....	23	-	-	5.823	-	5.823	
Empréstimo não circulante .....	23	-	-	67.479	-	67.479	
		-	-	154.472	-	154.472	
		31/03/2018					
<b>Resultado</b>							
Renda da Prestação de Serviços .....		-	-	-	9.461	9.461	
Suprimento de Energia Elétrica .....		-	166	-	-	166	
Disponibilização do Sistema de Transmissão .....		-	14.249	-	-	14.249	
Despesa operacional – Pessoal .....		-	-	(2.167)	-	(2.167)	
Receita financeira .....		5.893	22	-	-	5.915	
		5.893	14.437	-	9.461	27.624	

### 37.1. Pessoal chave da administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia considera como pessoal-chave da administração seus Diretores e os Membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em 31 de março de 2019 foi de R\$179 (R\$287 em 31 de março de 2018), contando com diretores empregados e não-empregados.

A remuneração dos Diretores empregados é composta por salário ou honorários mais a verba de representação, sendo que os custos dos Diretores estão contabilizados na rubrica de Pessoal.

A remuneração dos Diretores não-empregados com vínculo empregatício em outro órgão é composta do seu salário integral (reembolsado pela Companhia ao órgão de origem) mais a verba de representação. A remuneração dos Diretores não-empregados sem vínculo empregatício em outro órgão é composta de honorários mais a verba de representação.

	CONTROLADORA							
	31/03/2019				31/03/2018			
	Remuneração Honorário	Encargos	Benefícios	Total	Remuneração Honorário	Encargos	Benefícios	Total
Diretoria .....	52	10	6	68	119	14	31	164
Conselho de Administração .....	56	11	-	67	78	-	16	94
Conselho Fiscal .....	37	7	-	44	24	-	5	29
<b>Total</b>	<b>145</b>	<b>28</b>	<b>6</b>	<b>179</b>	<b>221</b>	<b>14</b>	<b>52</b>	<b>287</b>

### 38. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado e para os demais, os respectivos valores contábeis, devido a sua natureza de realização, como segue:

## Notas Explicativas

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
<b>Ativos Financeiros</b>					
Mensurados a Custo Amortizado					
Numerário Disponível .....		3.406	1.161	3.729	1.632
Concessionárias e Permissionárias .....	6	100.483	101.333	101.244	101.551
Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado					
SIAC/BANRISUL .....		215.206	181.035	217.366	184.969
Ativo de Concessão - Financeiro .....	13	1.652.042	1.695.505	1.652.042	1.695.505
Mensurados a Valor Justo por Meio de Outro Resultado Abrangente					
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar-CRC .....	10	103.247	102.734	103.247	102.734
		<u>2.074.384</u>	<u>2.081.768</u>	<u>2.077.628</u>	<u>2.086.391</u>
<b>Passivos Financeiros</b>					
Mensurados ao Custo Amortizado					
Fornecedores .....	19	70.763	137.197	76.661	142.923
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações .....	22	584.400	587.343	584.400	587.343
<b>TOTAL</b>		<u>655.163</u>	<u>724.540</u>	<u>661.061</u>	<u>730.266</u>

### 38.1. Gerenciamento de Riscos Financeiros

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos obtidos em moeda nacional junto a instituições financeiras estão compatíveis com o valor de tais operações.

As contas a receber de Concessionárias, Permissionárias e Consumidores Livres referem-se a suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede e vendas de energia na CCEE, e estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$200.360.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são os seguintes:

#### 38.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das Demonstrações Financeiras Intermediárias foi:

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Caixa e Equivalentes de Caixa .....	5	218.611	182.195	221.094	186.600
Concessionárias e Permissionárias .....	6	100.483	101.333	101.244	101.551
Investimento em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC .....	10	103.247	102.734	103.247	102.734
Ativo de Concessão - Financeiro .....	13	1.652.042	1.695.505	1.652.042	1.695.505
<b>TOTAL</b>		<u>2.074.382</u>	<u>2.081.767</u>	<u>2.077.626</u>	<u>2.086.390</u>

Os saldos apresentados em Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras de Longo Prazo referem-se respectivamente a recursos depositados em instituições bancárias e a montantes aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC/BANRISUL bem como as quotas subordinadas do FIDC.

O risco inerente às aplicações e investimentos que a Companhia possui é considerado baixo uma vez que são oriundos, conforme legislação vigente, de aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul e de investimentos em Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN – B.

O segmento de Geração da companhia CEEE-GT possui Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs e no Ambiente Livre - CCEALs. As receitas atreladas a estes contratos possuem, como forma de mitigação dos riscos de crédito, mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes, Cartas de Fiança Bancária, Cartas de Fiança Corporativa ou Certificados de Depósito Bancário – CDBs.

## Notas Explicativas

A receita proveniente de usinas prorrogadas e que disponibilizam energia na forma de Cotas de Garantia Física de Energia e Potência tem como garantia de pagamento os Contratos de Constituição de Garantia (CCGs) celebrados entre distribuidora e órgãos reguladores.

No geral a Administração entende que o risco de crédito no qual a Companhia está exposta é baixo, devido às características das contrapartes, as garantias financeiras apresentadas e a diversificação de clientes.

### *I. Perdas por redução no valor recuperável – (Impairment)*

A Companhia mensura pelo custo histórico de aquisição ou construção o seu imobilizado e intangível, deduzido de depreciação e amortização acumulada, respectivamente, e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

### *II. Garantias*

A Companhia não possui operações com derivativos.

### *III. Derivativos*

A Companhia não possui operações com derivativos.

#### *38.1.2. Risco de Preço*

O segmento de Geração tem uma remuneração chamada de Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, referente à disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas. Esta variável é reajustada anualmente pela variação do IPCA e revisada a cada cinco anos, sendo uma das componentes da Receita Anual de Geração – RAG, a qual deve permitir, de acordo com o contrato de concessão, a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

Outra parcela da remuneração, proveniente dos CCEARS e CCEALs, tem seus preços definidos a partir de leilões regulados ou chamadas/ofertas públicas, cujos contratos apresentam cláusulas de reajuste por índices de inflação como IPCA e IGPM.

A energia não comercializada fica sujeita às variações do preço de mercado, e aquela não vendida em contrato é liquidada ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, valor calculado e divulgado semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE, cujos limites máximos e mínimos são estabelecidos anualmente pela ANEEL.

O segmento de Transmissão tem sua remuneração definida pela ANEEL através da receita permitida e reajustada, conforme cláusulas contratuais ou pelo IGP-M ou pelo IPCA. As receitas, de acordo com o contrato de concessão, devem permitir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

#### *38.1.3. Risco de Mercado*

No Ambiente de Contratação Regulada - ACR o risco de mercado é baixo por envolver agentes de distribuição que compram sua energia em leilões promovidos pelos órgãos reguladores do Setor Elétrico. Essas empresas têm contratos de concessão de longo prazo, portanto mais estáveis.

No Ambiente de Contratação Livre - ACL os agentes negociam a compra e venda em condições livremente acordadas entre as partes, à exceção de empresas estatais, cujos contratos são resultado de ofertas e chamadas públicas. Os contratos no ACL normalmente possuem menor duração se comparados com o ACR, sendo um mercado mais dinâmico, o que pode trazer inconsistências econômicas e contratuais provenientes da concorrência entre as empresas, tornando os agentes, no geral, mais instáveis.

As Cotas de Garantia Física de Energia e Potência são alocadas, através de procedimentos estabelecidos pela ANEEL, às distribuidoras do país, apresentando baixo risco de mercado.

#### *38.1.4. Risco da Taxa de Câmbio*

## Notas Explicativas

Este risco decorre da possibilidade de perda por conta da variação cambial. O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator do risco cambial em virtude do seu endividamento atrelado à moeda estrangeira.

O risco cambial está atrelado aos contratos de Empréstimos e Financiamentos, vinculados ao Dólar Americano e que não possuem dispositivos de proteção contra alterações na taxa de câmbio.

### I. Análise de sensibilidade

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 31/12/2018 cuja cotação do dólar corresponde a R\$3,87 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio prevista na mediana das expectativas de mercado do Bacen para 31/03/2019, correspondente ao dólar a R\$3,80. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Itens	Cenário Base em 31/03/2019	Provável	25%	50%
Exposição US\$				
Empréstimos e Financiamentos .....	535.564	498.075	622.593	747.112
Passivo Líquido Exposto	535.564	498.075	622.593	747.112
Efeito Líquido da Variação Cambial			124.519	249.037

### 38.1.5. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A CEEE-GT se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo visando à necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

A tabela demonstra os valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo.

	Nota	CONTROLADORA				
		Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5
<b>Ativos Financeiros</b>						
Caixa e Equivalentes de Caixa .....	5	218.611	218.611	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias .....	0	100.483	100.483	-	-	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC .....	10	103.247	103.247	-	-	-
Ativo de Concessão - Financeiro .....	13	1.652.042	282.770	206.505	619.516	543.251
		2.074.382	705.110	206.505	619.516	543.251
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores .....	19	70.763	70.763	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações .....	22	1.147.659	85.349	83.274	233.696	745.340
		1.218.422	156.112	83.274	233.696	745.340
<b>CONSOLIDADO</b>						
	Nota	Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5
<b>Ativos Financeiros</b>						
Caixa e Equivalentes de Caixa .....	5	221.094	221.094	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias .....	6	101.244	101.244	-	-	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC .....	10	103.247	103.247	-	-	-
Ativo de Concessão - Financeiro .....	13	1.652.042	282.770	206.505	619.516	543.251
		2.077.626	708.354	206.505	619.516	543.251
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores .....	19	76.661	76.661	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações .....	22	1.147.659	85.349	83.274	233.696	745.340
		1.224.320	162.010	83.274	233.696	745.340

### 38.1.6. Gestão de Capital

## Notas Explicativas

A Companhia visa uma estrutura de capital que seja coerente com o cenário macroeconômico e setorial e que também seja capaz de salvaguardar sua capacidade de continuidade a fim de que se mantenha a confiança do investidor e que seja possível a captação de novos financiamentos para garantir a execução de seus investimentos.

Por meio de uma estrutura de capital saudável é possível equilibrar o saldo de dívidas e de patrimônio e para manter ou ajustar a sua estrutura de capital, a Companhia tem a possibilidade de revisar a sua prática de pagamento de dividendos, de alongar o perfil de sua dívida bem como de alienar os ativos alheios à concessão.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora a sua estrutura de capital por meio do endividamento do patrimônio líquido. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital próprio. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e de investimentos em títulos do governo. O capital próprio corresponde ao patrimônio líquido.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Endividamento					
Empréstimos e Financiamentos .....	22	584.400	587.343	584.400	587.343
Caixa e equivalentes de caixa .....	5	(218.611)	(182.195)	(221.094)	(186.600)
Investimento em Títulos do Governo .....	10	(103.247)	(102.734)	(103.247)	(102.734)
Dívida Líquida		<u>262.542</u>	<u>302.414</u>	<u>260.059</u>	<u>298.009</u>
Patrimônio Líquido .....		<u>2.473.869</u>	<u>2.372.580</u>	<u>2.489.123</u>	<u>2.388.818</u>
Endividamento do Patrimônio Líquido		<u>0,11</u>	<u>0,13</u>	<u>0,10</u>	<u>0,12</u>

### 38.1.7. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados à inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Estas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar o impacto das mesmas no resultado da Companhia.

#### I. Análise de sensibilidade

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas, por CDI e IPCA. A CEEE-GT desenvolveu a análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto das taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre os seus passivos financeiros expostos a tais riscos.

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 31/12/2018 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores - CDI/Selic previstos na mediana das expectativas do Relatório Focus, do Bacen, de 31/12/2018. Para os cenários possível e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

	Nota Explicativa	Índices	CONTROLADORA/ CONSOLIDADO			
			Cenário Base em 31/03/2019	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos BNDES .....	22	TJLP	48.836	67.194	58.607	75.780
Exposição Líquida			<u>(48.836)</u>	<u>(67.194)</u>	<u>(58.607)</u>	<u>(75.780)</u>
Efeito esperado no Resultado			<u>(18.358)</u>	<u>8.587</u>	<u>(17.173)</u>	

## Notas Explicativas

Além da análise de sensibilidade em atendimento à Instrução CVM nº475/08, a Companhia avaliou os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido de seus instrumentos financeiros tendo em vista os riscos avaliados na data das Demonstrações Financeiras conforme sugerido no CPC 48 e IFRS 9.

Sendo assim, a administração de uma maneira geral, entende que os possíveis efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna do cenário projetado provável da tabela acima.

### 38.1.8. Valor Justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Nota	CONTROLADORA	
		Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos Financeiros</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	218.611	218.611
Concessionárias e Permissionárias.....	0	100.483	100.483
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC .....	10	103.247	103.247
Ativo de Concessão - Financeiro .....	13	1.652.042	1.652.042
		<u>2.074.382</u>	<u>2.074.382</u>
<b>Passivos Financeiros</b>			
Fornecedores.....	19	70.763	70.763
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	22	584.400	1.147.659
		<u>655.163</u>	<u>1.218.422</u>
		CONSOLIDADO	
	Nota Explicativa	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos Financeiros</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	221.094	221.094
Concessionárias e Permissionárias.....	0	101.244	101.244
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC .....	10	103.247	103.247
Ativo de Concessão - Financeiro .....	13	1.652.042	1.652.042
		<u>2.077.626</u>	<u>2.077.626</u>
<b>Passivos Financeiros</b>			
Fornecedores.....	19	76.661	76.661
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	22	584.400	1.147.657
		<u>661.061</u>	<u>1.224.318</u>

Assume-se que os instrumentos financeiros que a Companhia possui, exceto na rubrica Empréstimos e Financiamentos, estão registrados com um valor próximo ao seu respectivo valor de mercado, em razão da sua natureza e prazo de realização.

### 38.1.9. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

## Notas Explicativas

	CONTROLADORA			
	Valor contábil 31/03/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
SIAC/BANRISUL.....	215.206	-	215.206	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	103.247	103.247	-	-
Ativo de Concessão - Financeiro .....	1.652.042	-	-	1.652.042
	<u>1.970.494</u>	<u>103.246</u>	<u>315.688</u>	<u>1.652.042</u>
	CONSOLIDADO			
	Valor contábil 31/03/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
SIAC/BANRISUL.....	217.366	-	217.366	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	103.247	103.247	-	-
Ativo de Concessão - Financeiro .....	1.652.042	-	-	1.652.042
	<u>1.972.654</u>	<u>103.246</u>	<u>217.366</u>	<u>1.652.042</u>

### 38.1.10. Apuração do Valor Justo

Nível 1 – O valor justo dos Investimentos em Títulos do Governo foi apurado e registrado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitaram tal cálculo.

Nível 2 – O valor justo da aplicação SIAC/BANRISUL uma vez que não possui mercado ativo, é avaliado utilizando metodologia de avaliação/apreçamento.

Nível 3 – O valor justo do Ativo de Concessão – Financeiro foi apurado por meio de técnicas que usam variáveis que tenham efeito significativo no valor justo registrado, mas que não são baseadas em dados observáveis no mercado.

## 38.2. Gerenciamento de Riscos Relacionados à Companhia e suas Operações

### 38.2.1. Riscos Hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional - SIN é realizado, na sua maior parte, a partir de usinas hidrelétricas, as quais estão sujeitas ao risco de escassez de água ao longo do tempo. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, cada usina hidrelétrica está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na sua região geográfica como em outras regiões do país.

O arranjo institucional estabelecido pelo Poder Concedente procura reduzir o risco hidrológico destes empreendimentos através da definição de uma garantia física e da instituição do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Este mecanismo é um instrumento financeiro de compartilhamento do risco hidrológico entre todos os agentes de geração hidrelétricos, sendo compulsório para todas as usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da Garantia Física, poderá resultar em exposições no Mercado de Curto Prazo – MCP, podendo impactar negativamente a Companhia, apesar dos mecanismos de mitigação de risco existentes.

O risco hidrológico associado às usinas que foram prorrogadas no âmbito da Lei nº 12.783/2013, o que no caso da CEEE-GT representa cerca de 47% de sua garantia física, são de responsabilidade das empresas Distribuidoras que recebem as Cotas de Garantia Física de Energia e Potência.

### 38.2.2. Riscos Ambientais

## Notas Explicativas

O Brasil possui uma das legislações ambientais mais severas do mundo. A legislação brasileira impõe sanções que responsabilizam e exigem um grande esforço das empresas nacionais para o seu atendimento. Os processos de produção envolvidos no setor de geração e transmissão de energia produzem impactos ambientais, muitas vezes significativos, que precisam ser prevenidos e minimizados, sob pena de acarretarem grandes prejuízos ao meio ambiente e consequentemente ao agente responsável, independentemente da ação ter sido realizada inadvertidamente. Desta forma, além dos recursos financeiros necessários para a recuperação da área atingida pela degradação ambiental, a empresa responsável poderá ter seus dirigentes envolvidos em processos civis, administrativos e penais.

A recuperação de áreas afetadas ambientalmente normalmente exige recursos expressivos que poderiam ser destinados a novos investimentos voltados exclusivamente para a atividade fim da Companhia.

A questão da sustentabilidade, envolvendo as áreas ambiental, social e financeira, tem levado as empresas a buscarem ferramentas que possibilitem desenvolver suas atividades respeitando estes aspectos e potencializando diretrizes e políticas que viabilizem a integração de seus processos produtivos de forma atender os interesses da sociedade, respeitando o meio ambiente e propiciando uma constante expansão e crescimento do seu negócio.

### 39. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são consideradas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. Não faz parte da revisão do Auditor Independente este julgamento da Administração.

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram àqueles considerados essenciais, em que ocorrendo o sinistro, implicará a possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço.

O seguro patrimonial contratado tem vigência de 13/04/2018 à 13/04/2019. O valor do ativo segurado na área de geração é de R\$101.247 e o valor do prêmio é de R\$101 no segmento de transmissão o valor do ativo segurado é de R\$244.574 e o valor do prêmio é de R\$245.

### 40. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

#### 40.1. Reajuste Tarifário – Geração

A Resolução Homologatória nº 2.421, de 17 de julho de 2018, reajustou a Receita Anual de Geração – RAG associada às Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência das usinas hidrelétricas prorrogadas da CEEE-GT, nos termos da Lei nº 12.783/2013. A RAG homologada é de R\$ 115,2 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. Os novos valores da RAG são oriundos do processo de revisão tarifária realizada para o ciclo 2018-2023 e contemplam os valores do Custo da Gestão dos Ativos de Geração (GAG), Ajustes de Indisponibilidade ou Desempenho Apurados (Ajl), Encargos de Conexão e Uso dos sistemas de Distribuição e Transmissão, além de Encargos como a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) e os custos associados aos programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (P&D/PEE), eventuais ajustes e a devida atualização monetária. Entre as mudanças instituídas nesta revisão, destaca-se a inclusão na composição da GAG dos Custos de Capital por Investimentos em Melhorias (GAGMel), o que representa uma receita adicional pré-determinada para execução dos investimentos necessários para manutenção da vida útil das instalações até o final do contrato de concessão. Essa inclusão acaba com a necessidade de submissão prévia à ANEEL dos planos de investimentos e garante um fluxo de receitas futuro, gerando previsibilidade para a execução das melhorias nas instalações.

#### 40.2. Reajuste Tarifário - Transmissão

## **Notas Explicativas**

A Resolução Homologatória nº 2.408 de 28 de junho de 2018 estabeleceu a nova RAP da Transmissora que totaliza para o ciclo 2018/2019 R\$ 690 milhões, nela está incluído incremento de R\$ 38 milhões provenientes de obras novas e de atualização monetária, em comparação ao Ciclo 2017/2018. A receita referente aos investimentos não totalmente depreciados vinculados aos bens de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 (Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, instalações de conexão e às Demais Instalações de Transmissão – DITs, previstos na Portaria nº120/2016), como esperado, será R\$ 19 milhões menor que a percebida no ciclo anterior. Este fato ocorre porque houve o recálculo do componente econômico, considerando a depreciação desses ativos ao longo do próximo ciclo.

**César Eduardo Lindenmeyer**  
Diretor

**Elisangela Moura Rodrigues**  
Contadora CRCRS 6238

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIARIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À

AOS ADMINISTRADORES E ACIONISTAS

COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE - GT

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 - Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais- ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2400 – Trabalhos de Revisão de Demonstrações Contábeis e ISRE 2400 – Engagements to Review Historical Financial Statements, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

#### Outros Assuntos

##### Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

##### Valores correspondentes ao exercício e período anteriores

Os valores correspondentes às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, apresentados para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 11 de maio de 2018, sem modificação.

São Paulo, 14 de maio de 2019.

MACIEL AUDITORES S/S

2 CRC RS – 5.460/0-O “T” SP

LUCIANO GOMES DOS SANTOS

Contador 1 CRC RS – 59.628/O-2

Sócio Responsável Técnico

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Em atendimento a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas da CEEE-GT relativas ao trimestre findo em 31 de Março de 2019.

Porto Alegre, 14 de maio de 2019.

MARCO DA CAMIMO ANCONA LOPEZ SOLIGO

Diretor Presidente

CÉSAR EDUARDO LINDENMEYER

Diretor

JORGE PAGLIOLI JOBIM

Diretor

GIOVANI FRANCISCO DA SILVA

Diretor

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em atendimento A Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da Maciel Auditores S/S relativamente às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas da CEEE-GT referentes ao trimestre findo em 31 de Março de 2019.

Porto Alegre, 14 de maio de 2019.

MARCO DA CAMIMO ANCONA LOPEZ SOLIGO

Diretor Presidente

CÉSAR EDUARDO LINDENMEYER

Diretor

JORGE PAGLIOLI JOBIM

Diretor

GIOVANI FRANCISCO DA SILVA

Diretor

## Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alteração do cabeçário das notas explicativas.